



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II**

CARLA GABRIELA SANTOS FERNANDES

**A VISÃO GEOPOLÍTICA SOBRE A AMAZÔNIA LEGAL E A ATUAÇÃO DA
DITADURA MILITAR NA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

**SÃO CRISTÓVÃO
2025**

CARLA GABRIELA SANTOS FERNANDES

**A VISÃO GEOPOLÍTICA SOBRE A AMAZÔNIA LEGAL E A ATUAÇÃO DA
DITADURA MILITAR NA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Relações Internacionais
da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
como requisito para o título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Thiago Fernandes
Franco.

**SÃO CRISTÓVÃO
2025**

Este trabalho é dedicado aos meus pais Damares da Silva Santos Fernandes e João Antônio Fernandes, que quebraram o ciclo.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento pertence àqueles que me deram a confiança de seguir em frente com meus sonhos e plantaram a semente do conhecimento em minha criação. Com a coragem que herdei deles, pude trilhar um caminho árduo de tantas adversidades que uma jovem migrante em um lugar completamente novo pode ter e mesmo assim, continuo em pé.

Agradeço à todos que conhecem a minha versão mais vulnerável e fizeram com que minha jornada fosse mais leve: às minhas amigas que me fizeram rir e me ofereceram um ombro amigo sem eu precisar pedir, Bel, Vilma, Bia e Lua, vocês estão gravadas no meu coração; meu professor-orientador-mentor-terapeuta Thiago, você foi a peça-chave da minha permanência na universidade; à Cris, a mulher que eu compartilho minha vida e me ensinou a ser uma pessoa mais doce, me mostrou um companheirismo, respeito e amor que nunca havia sentido antes, eu te amo.

À Carrie Bradshaw, Samantha Jones, Charlotte York, Miranda Hobbes, Solar, Moonbyul, Wheein, Hwasa, Beyoncé, Miss Marple, filmes de horror e doramas tailandeses... vocês mantiveram minha sanidade.

A fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o Outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora. É ela um lugar de antropofagia simbólica, de desencontro, na busca de destino dos que se perderam nas veredas e no abismo do incógnito e desconhecido.” (José de Souza Martins, 1997)

RESUMO

Esta pesquisa parte do reconhecimento da Amazônia Legal como categoria central do pensamento geopolítico brasileiro, historicamente concebida como “problema geopolítico” em razão de sua vasta extensão fronteiriça e da suposta desarticulação econômica e militar com o Estado, mas também entendida como oportunidade-chave para projetar o Brasil como potência regional. O objetivo geral foi investigar essa visão tradicional e analisar de que modo ela fundamentou as políticas de integração nacional durante a Ditadura Militar, com objetivos específicos de revisar as principais obras da geopolítica nacional sobre a Amazônia, mapear o amadurecimento teórico na formulação de políticas públicas e avaliar a correspondência entre essas concepções e as práticas do regime autoritário. Adotou-se abordagem qualitativa ancorada na análise de textos clássicos de autores como Mário Travassos, Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva e fontes primárias como decretos-lei e relatórios. Os resultados indicam que se consolidou o consenso de que a região era “erma” e, ao mesmo tempo, vital à segurança e ao desenvolvimento do país, justificando grandes obras de infraestrutura e programas de colonização. Na discussão, evidencia-se que essa instrumentalização territorial negligenciou e genocidou comunidades tradicionais, estreitou vínculos entre interesses militares, econômicos e ideológicos e produziu graves impactos socioambientais. Nas considerações finais, sublinha-se a urgência de problematizar criticamente esses fundamentos geopolíticos e de promover abordagens capazes de reconhecer a diversidade sociocultural amazônica e orientar políticas públicas que respeitem os direitos humanos e a equidade ambiental.

Palavras-chave: Geopolítica. Amazônia Legal. Ditadura Militar.

ABSTRACT

This study frames the Legal Amazon as a pivotal concept in Brazilian geopolitical thought, long characterized as a “geopolitical problem” due to its vast territorial and border exposure, yet also idealized as a strategic opportunity for the “Brazil as a Great Power” project. The general objective was to investigate this traditional vision and examine how it underpinned national integration policies during the Military regime, with specific aims to review seminal geopolitical works on the Amazon, trace the evolution of theoretical constructs in public policy, and assess the alignment between these ideas and authoritarian practices. A qualitative methodology was employed, supported by analysis of foundational texts by authors such as Mario Travassos, Meira Mattos and Golbery do Couto e Silva, and official reports. Findings demonstrate that a consensus emerged portraying the region as “uninhabited” yet indispensable to national security and development, legitimizing large infrastructure projects, colonization schemes. The discussion reveals that such territorial instrumentalization marginalized and inflicted cultural and physical genocide upon traditional communities, cementing alliances among military, economic, and ideological interests and generating severe socio-environmental impacts. In conclusion, the study emphasizes the urgent need to critically reassess these geopolitical underpinnings and to advocate for inclusive frameworks that acknowledge the Amazon’s sociocultural diversity and guide public policies respectful of human rights and environmental justice.

Keywords: Geopolitics. Legal Amazon. Military regime.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Amazônia Legal.....	14
Mapa 2 - Antagonismos Sul Americanos.....	21
Mapa 3 - Intercâmbio fronteiriço.....	24
Mapa 4 - Áreas geopolíticas.....	27
Mapa 5 - Manobra de integração do território nacional.....	28
Mapa 6 - Compartimentação geopolítica da América do Sul.....	30
Mapa 7 - “Pinças rodoviárias” criadas durante o governo JK.....	41
Mapa 8 - Área do Parque Nacional do Xingu.....	52
Mapa 9 - Fluxos Migratórios.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953-1988).....	44
Quadro 2 - População residente 1960.....	49
Quadro 3 - População residente 1970.....	50
Quadro 4 - População residente 1980.....	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA.....	17
2.1.1 Conceito e evolução da geopolítica.....	17
2.1.2 Mário Travassos.....	19
2.1.3 Meira Mattos.....	22
2.1.4 Golbery do Couto e Silva.....	24
2.1.5 Integração territorial e desenvolvimento econômico - Nacionalismo e Imperialismo....	31
2.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E POLÍTICOS (1930-1964).....	34
2.2.1 Getúlio Vargas e a “Marcha para Oeste”	35
2.2.2 Juscelino Kubitschek e as BR-14 e BR-29.....	40
2.3 DITADURA MILITAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL.....	42
2.3.1 Principais políticas e programas.....	43
2.3.2 A atuação do INCRA e empresas de colonização.....	48
2.3.3 A perspectiva crítica da geopolítica e da integração nacional.....	56
3 CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia Legal tem ocupado um lugar central no pensamento geopolítico brasileiro, sendo concebida como uma região estratégica e, paradoxalmente, “erma”, cuja imensidão territorial e fronteiriça aparentava comprometer sua integração econômica e militar ao Estado nacional. Essa percepção alimentou a convicção de que somente uma intervenção estatal vigorosa tornaria possível a projeção do Brasil como “Grande Potência” na América do Sul e no cenário mundial. A presente pesquisa investiga essa visão tradicional da geopolítica brasileira sobre a Amazônia Legal e analisa de que modo ela forneceu respaldo ideológico às ações de integração nacional durante o período da Ditadura Militar (1964–1985).

Históricas reflexões geopolíticas, formuladas por autores como Golbery do Couto e Silva, Travassos e Meira Mattos, conceituaram a região como um problema perante a possibilidade de invasões externas, sobretudo em um contexto marcado pelas Grandes Guerras Mundiais e pela Guerra Fria. Concomitantemente, essa apreensão foi convertida em uma oportunidade de instrumentalizar a Amazônia como alavancas para o “Brasil Potência”. A solução teórica propunha-se a preencher o suposto vazio demográfico, ignorando séculos de ocupação por comunidades tradicionais e justificando um intenso impulso de expansão capitalista e ocupação territorial que resultou na “ferramentalização” do território amazônico, muitas vezes à custa do genocídio de povos indígenas e da supressão de modos de vida tradicionais.

Manifesta-se, portanto, que a relevância acadêmica deste trabalho reside na investigação aprofundada dos fundamentos teóricos e ideológicos que embasaram as políticas públicas de expansão capitalista em vastas áreas da Amazônia, ao recuperar e problematizar princípios muitas vezes naturalizados nas abordagens geopolíticas tradicionais. Ao submeter a visão clássica sobre a região a uma análise crítica, a pesquisa contribui para o debate acadêmico ao revelar como tais pressupostos sustentaram e legitimaram a ocupação estatal e o desenvolvimento econômico, oferecendo um olhar renovado sobre os nexos entre teoria geopolítica e práticas de governo.

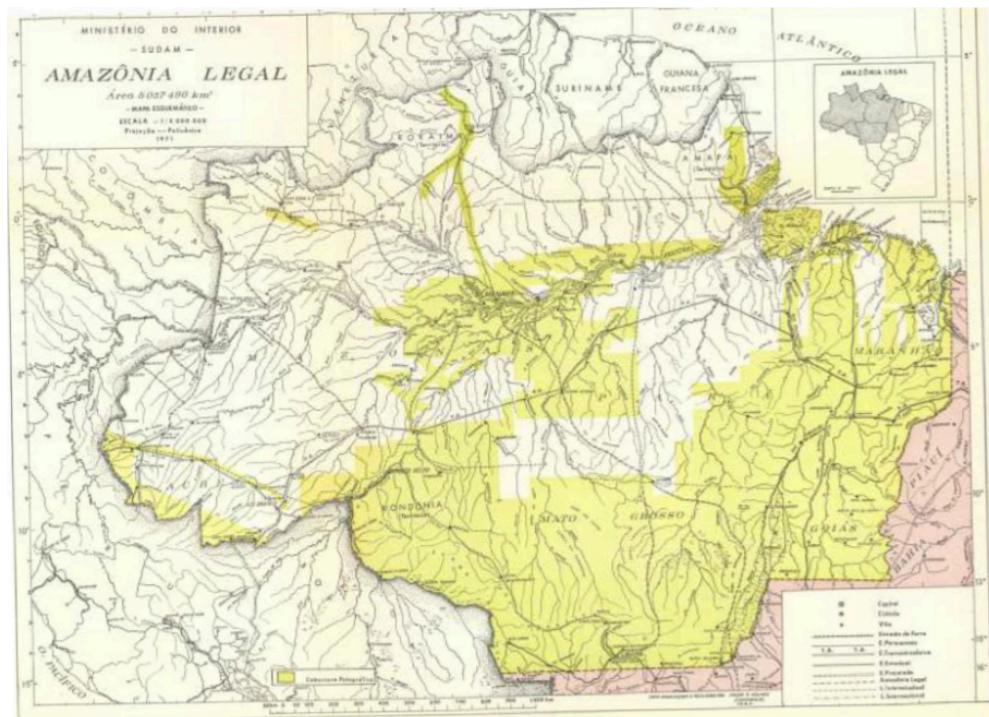
Sob a perspectiva social, o estudo assume particular importância ao expor as graves consequências humanitárias e ambientais decorrentes de políticas que definiram a Amazônia como um “espaço vital” a ser conquistado e um “mito do futuro da nação”, negligenciando e subvertendo a existência de comunidades tradicionais. Através desse exame, evidencia-se a

violência intrínseca ao projeto de integração nacional e a estreita ligação entre os interesses do capital e dos líderes estatais brasileiros, demonstrando de que modo os mecanismos de acumulação e o impulso imperialista moldaram os conflitos contemporâneos por justiça social e ambiental na região.

A questão central que orienta este trabalho é: “Qual a visão tradicional do pensamento geopolítico brasileiro sobre a Amazônia Legal e de que forma ela contribuiu para as ações de integração nacional durante a Ditadura Militar?” e para respondê-la, a pesquisa tem como objetivo investigar e compreender essa visão e, em particular, analisar como a teoria geopolítica brasileira respaldou ideologicamente a execução do projeto de integração nacional no período da ditadura militar. Além do objetivo geral, propõe-se revisar e interpretar as principais obras da geopolítica brasileira que abordam a Amazônia, delinear o amadurecimento desse pensamento no imaginário ideológico-político do século XX, e identificar a conformidade entre tais ideias e as práticas de ocupação e desenvolvimento promovidas pelo regime militar.

A motivação inicial da pesquisadora decorre de sua origem na região de Rondônia e do interesse em compreender as transformações capitalistas ali desencadeadas nas décadas de 1960 e 1970, quando sua família participou das dinâmicas de migração, e a emergência de novas cidades. Contudo, a investigação estendeu-se para abarcar as raízes mais antigas da concepção da Amazônia como “região-problema”. A escolha da delimitação da região por “Amazônia Legal” e não “região norte” ou “região amazônica” descende exatamente da ação dessa linha teórica na política brasileira, que, ao enxergar a importância integração socioterritorial entre Mato Grosso, Maranhão e Região Norte, remontando à formulação do conceito de Amazônia Legal pela Lei nº 1.806/1953, que já delineava estratégias de integração socioterritorial e atração de grandes investidores. Foi estipulado então que esse termo se trataria do conjunto dos seguintes estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e uma parte do estado do Maranhão, como demonstrado no Mapa 1.¹

¹ Mato Grosso, no documento citado, ainda tinha a configuração de um mega estado que integrava o que conhecemos hoje como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com a divisão ocorrida apenas em 1977. Concomitante a essa informação, Rondônia apenas se tornou estado oficialmente a partir do dia 4 de janeiro de 1981.



Mapa 1 - Amazônia Legal.

Fonte: Fialho, Trevisan, 2019, p. 6.

Outro motivo para a escolha se deve à impossibilidade de desatrelar tais estados nas principais fontes bibliográficas norteadoras da pesquisa sobre o pensamento geopolítico brasileiro, pautado nas palavras-chave “Amazônia”, “interior”, “vazio demográfico”, visto que a presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo central de analisar e discorrer acerca da visão do pensamento geopolítico tradicional sobre a Amazônia Legal e como isso acarretou nas ações de integração nacional da Ditadura Militar através de uma revisão de literatura criteriosa a respeito do assunto.

A escolha dessa abordagem é fundamentada na compreensão de que o método qualitativo possibilita um acesso amplo para a perquirição dos vários temas a serem explorados. Como Heloísa Martins (2004) reflete em seu artigo “Metodologia qualitativa de pesquisa”, a abordagem qualitativa é a que melhor se encaixa em pesquisas que buscam investigar fenômenos sociais que albergam questões de várias magnitudes e campos de estudos:

Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam a pesquisadora. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível,

abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. (Martins, 2004, p. 292).

De forma complementar, a aplicabilidade da revisão literária para o estudo ensejará um mapeamento criterioso dos principais documentos, livros, artigos científicos e outras referências bibliográficas que possam contribuir a respeito. Condizente com o que autores da área destacam, Lívia Cavalcante e Adélia Oliveira salientam em seu artigo “Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos” (2020) a importância da revisão literária como abordagem de pesquisa:

O estudo utilizará a revisão de literatura tradicional, também conhecida como “revisão narrativa” como método de abordagem. O termo “revisão narrativa” foi cunhado por Botelho et al. (2011) e Rother (2007), como Cavalcante e Oliveira (2020) sinalizam, para distinguir aqueles trabalhos acadêmicos que buscam “descrever, de maneira ampla, o desenvolvimento de um assunto específico e os tipos de metodologias que estão sendo empregadas por acadêmicos e pesquisadores no estudo do tema” (Cavalcante, Oliveira, 2020, p. 86).

Portanto, a potencialidade dessa abordagem está em “mapear os saberes científicos produzidos em uma dada área técnicas-discursiva, consolidando papéis pertinentes nas investigações literárias em artigos, dissertações e teses, distanciando-se do rigor extensivo das revisões sistemáticas” (Andrade, 2021 citada por Fernandes, Vieira, Castelhano, 2023, p.1).

Dessa forma, a escolha da revisão narrativa para essa pesquisa é justificada por sua oportunidade de transpassar a sistematização de referências bibliográficas consolidadas e promover o intermédio com reflexões, explorações e atualizações teóricas de bibliografias amplas, como Fernandes, Vieira e Castelhano (2023) suscitam.

Aqueles que incorporam em sua pesquisa o método de revisão narrativa não respaldam seus estudos em um método de procedimento específico, que variam de acordo com necessidades acadêmicas. Segundo Cesarian et. al (2020) citada por Fernandes, Vieira e Castelhano (2023):

[...] as atualizações da revisão narrativa englobam possibilidades metodológicas-formativas importantes, sobretudo no “estado da arte” de uma determinada conjuntura temática-direcional, consolidando o suporte teórico ao revisor em curto espaço de tempo em suas amplitudes articulares (Cesarian et. al, 2020 citada por Fernandes, Vieira e Castelhano, 2023, p. 3).

Será utilizada, portanto, a busca (*online* e física) de documentos relevantes para a temática. São esses os decretos-leis, artigos, livros e revistas acadêmicas mapeados através da

busca de palavras-chave pertinentes para identificar as variáveis históricas que ditaram o fenômeno de ocupação de terras amazônicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA

2.1.1 Conceito e evolução da geopolítica

A geopolítica, conforme conceituada por Miyamoto (1992) em seu artigo *Geopolítica e potência: o sonho brasileiro*, caracteriza-se como uma doutrina ideológica determinista que busca fundamentar a história dos povos, sua ascensão econômica ou recessões a partir da geografia dos espaços. Está em sua natureza a formulação de um plano nacional de políticas públicas baseado em busca de poder tanto interno quanto externo.

Ademais, se comporta como uma teoria de poder. O autor explica que esse plano nacional ascende rapidamente em um cenário de crise econômica porque se comporta como uma forma de reaproximação do Estado com as necessidades imediatas da sociedade ao apresentar um caminho muito simples de prosperidade econômica: superação das mazelas sociais através de um projeto nacional uníssono entre Estado, mercado e sociedade. Dessa forma, a teoria de poder se manifesta na necessidade da liderança das elites do mercado intermediada pelo Estado contando com uma submissão ideológica da sociedade civil. À classe dominante cabe interpretar os anseios nacionais e guiar a sociedade para cumprir esse objetivos. Portanto, a passividade da sociedade civil é o critério mais importante para o pensamento geopolítico porque, baseado em elementos estritamente geográficos em sua análise estratégica, o projeto nacional não leva em consideração a violência que significa para o aspecto humano das localidades e fronteiras projetadas. Revela-se de forma escancarada o intrínseco Imperialismo na Geopolítica, ao que o autor declara:

Os geopolíticos ao pensarem em seu país sempre o vêem como o umbigo do mundo, como centro do universo. Esta é uma característica de geopolíticos de todo o mundo, que ao situarem seu Estado como epicentro projetam a partir daí suas influências sobre os demais territórios (Miyamoto, 1992, p. 283).

A conjuntura brasileira sempre se cercou de argumentos de políticos e demais estrategistas que não aceitavam um país com particularidades geográficas tão abundantes e diversificadas como a fronteira terrestre, hídrica, marítima e com recursos naturais tão lucrativos como o Brasil ser relegado à subordinação ocidental. O entendimento do Brasil como essa grande potência perdura há séculos e, como o autor ressalta, o país foi um dos primeiros a discutir geopolítica que dominava não apenas o pensamento militar como o senso comum dos civis, desde 1750 com o Tratado de Madri firmado por Alexandre de Gusmão e a liderança de Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, quando o Brasil incorporou o território boliviano denominado Acre (Miyamoto, 1992).

Seja na época do Brasil colônia, sob a tutela da Coroa Imperial ou República, a orientação dos tomadores de decisões encarregados sempre foi de intentar uma projeção como liderança regional. Entretanto, ganhando força com a contribuição dos notáveis Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva, para, cada um à sua maneira, o pensamento da projeção do Brasil como uma Grande Potência Mundial, o Golpe Militar significou a maior oportunidade de implementar o projeto. O cenário era de uma alta centralização de poder das Forças Armadas, repressão à sociedade civil e apoio do mercado, perfeito para implementar sem objeções políticas públicas que alçasse interesses geopolíticos (Miyamoto, 1992).

O presente estudo investiga as condições históricas que levaram às políticas públicas de integração nacional durante o período da Ditadura Militar. E para isso revisita o referencial teórico da geopolítica brasileira produzida anteriormente à esse episódio. Entretanto, antes dessa averiguação, é preciso compreender em quais circunstâncias esses autores tecem suas obras. Para alcançar esse propósito, Barcellos apresentou em seu artigo *O pensamento militar no Projeto Brasil Grande Potência* (2020) uma linha do tempo da atividade das Forças Armadas brasileiras ao longo do século XX que ajuda a demonstrar os passos que culminaram no pensamento geopolítico brasileiro.

O primeiro passo é consagrado a partir da jornada de intercambistas para a Alemanha intitulada “Jovens Turcos” na primeira década do século XX, que segundo o autor serviu para recuperar a autoestima do Comando militar brasileiro depois da derrocada por conta da Guerra de Canudos. Nesse empenho, foi possível estruturar uma mentalidade muito próxima à *realpolitik* alemã. Logo após esse evento foi publicada a revista Defesa Nacional, que tinha como principais objetivos a reformulação e o debate às inquições de guerra e modernização do Estado.

A partir de 1920, irrompeu o “movimento tenentista”, que buscava combater a corrupção política, o que resultou na pressão militar que colaborou ativamente com a chegada de Getúlio Vargas ao poder na Revolução de 1930. Esse fato corrobora o empoderamento militar ao se colocar em uma posição de pensar a política sob a ótica do militarismo, ou seja, dar às forças armadas o poder não só de inserção do cenário político, mas o protagonismo e a centralidade no mesmo. Ressalta, como contribuinte para essa ascensão do militarismo à tomada de decisões estatal o nome de Pedro Aurélio de Góes Monteiro na elaboração da “Doutrina Góes Monteiro”, que buscou evidenciar em sua carreira a missão das Forças Armadas em se concretizar como órgão político e a importância de alinhar a “segurança nacional” com o “desenvolvimento econômico” da nação.

É nesse momento da história política brasileira, conforme Barcellos (2020) cita Trevisan (1985), que adentra o espaço político a ideia de que o desenvolvimento econômico brasileiro só teria como se realizar baseado na defesa nacional e que, para isso, o primeiro passo seria convencer toda a sociedade civil desse pensamento, fazendo com que esse fosse o objetivo ideológico da vida de todos os brasileiros. E além disso, esse processo tinha como objetivo final uma imposição do Brasil como um líder regional e potência mundial, com capacidade de negociar de igual para igual com países do Norte-global.

Essa é a característica congruente entre os pensadores identificados e revisitados nesta pesquisa como os grandes pilares do pensamento geopolítico brasileiro que influenciaram as políticas públicas quanto à ocupação territorial da Amazônia Legal. Conforme citados por Rooy (2019) em sua dissertação *Um estudo da influência do pensamento geopolítico na concepção do Programa de Integração Nacional (PIN)*, Da Silva e Dal Moro em *Geopolítica e fronteira oeste: diálogos com Meira Mattos e Couto e Silva* (2017) e Barcellos (2020), aqueles autores que não podem deixar de ser citados na revisão bibliográfica sobre o assunto são Mário Travassos, com sua obra *Projeção Continental do Brasil* (1938), Meira Mattos com *Uma geopolítica pan-amazônica* (1980) e Golbery do Couto e Silva com os livros *Geopolítica do Brasil* (1981).

2.1.2 Mário Travassos

O primeiro nome da lista, Mario Travassos é considerado o mais influente de toda a história da geopolítica brasileira. Segundo Saboya (2018) em *O pensamento de Mário Travassos e a política externa brasileira*, Travassos, que atuou na Segunda Guerra Mundial em sua expedição na Itália adjunto à Força Expedicionária Brasileira (FEB), idealizou e se tornou o primeiro comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, podendo ser considerado o inaugrador do pensamento geopolítico proposto por militares no Brasil.

Sua obra *Projeção Continental do Brasil* (1938) foi escrita no período na história brasileira conhecido como “Primeira República” ou “República Velha”, em que o país passava por dificuldades financeiras frente ao contexto internacional. Sobre esse período, Fritsch, em capítulo intitulado *Apogeu e crise na primeira república: 1900-1930* da obra coletiva *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989* organizada por Marcelo de Paiva Abreu (1995), afirma que

[...] a instabilidade econômica gerada pelos sucessivos choques externos que se iniciam em 1914 e se estendem pela primeira metade dos anos 20, mina as bases das

alianças políticas tradicionais entre os grandes estados e debilita a crença nas vantagens do liberalismo econômico (Fritsch em Abreu (org.), 1995, p. 31).

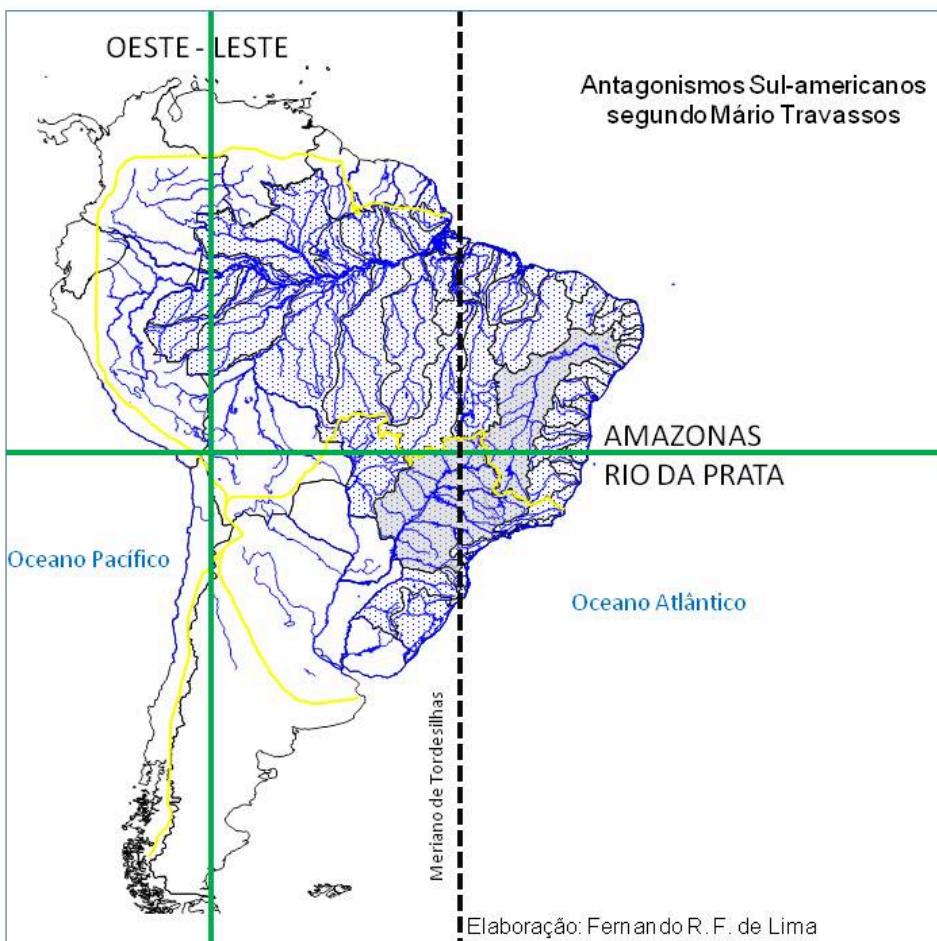
Inicia-se o século XX com o milagre econômico justificado por exportações de borracha e investimentos europeus (Fritsch, 1990) e passa por períodos de depressão no mercado internacional de exportações de produtos agropecuários. O país tinha como necessidade amparar e estimular a indústria cafeeira a exportar para os EUA para assegurar recursos que pudessem servir para sustentar a balança de pagamento em momentos de declínio econômico (Saboya, 2018).

Neste mesmo contexto, Mário Travassos se preocupava principalmente com a dicotomia das relações de poder entre Argentina e Brasil no que tange à sua capilaridade na região sul-americana. Já o Norte e Centro-Oeste brasileiro eram pouco integrados ao eixo dinâmico da economia do país - seja por rodovias, vias fluviais ou elementos de comunicação que uniam aos grandes pólos urbanos ou por densidade demográfica urbana. Enquanto isso, Travassos examinava com atenção a expansão territorial da Argentina em direção ao oeste brasileiro, com suas ligações assentadas com a Bolívia (Saboya, 2018). Como Barcellos (2020) aponta, o autor implica todos os fatores para vislumbrar uma projeção do poder nacional em que seu principal concorrente, de acordo com a visão de Travassos (1938) sobre a Argentina, se tratava de um país com poder de expansão notável que se traduzia como uma ameaça para a integridade do território brasileiro.

Para o autor, a política brasileira deveria buscar a amplificação de seu poder nos limites territoriais. Isso se daria ao dispor de um considerável volume de saídas para o mar e administrar bacias hidrográficas em sua extensão integral para que isso abrisse brecha para controlar o tráfego até as localidades que fossem possibilitadas (Saboya, 2018).

Sobre isso, dois antagonismos são apontados por Travassos: um entre os oceanos Atlântico e Pacífico, separados pela Cordilheira dos Andes; e outro entre as bacias Platina e Amazônica. Sua visão sobre o assunto atribuía uma vantagem do Brasil em relação ao fluxo marítimo, visto que o Oceano Atlântico permitiria uma posição comercial muito mais propícia para a integração econômica com outros continentes em relação ao Oceano Pacífico (Saboya, 2018). Quanto às bacias, entretanto, avistava uma disputa em que a Argentina estava ganhando com sua alta capacidade de comunicação estabelecida no território da Bolívia através da tríade de cidades estratégicas: Cochabamba, Santa Cruz de la Sierra e Sucre, que permeiam uma entrada indireta da Argentina para o Brasil através do porto de Guajará Mirim, cercado pelo Rio Madeira (Travassos, 1938), sendo que, ainda segundo ele, a influência da Argentina sobre a Bolívia também abria espaço para a extensão até o Paraguai, que por se

tratar de um país mediterrâneo dependente do escoamento fluvial de Buenos Aires (Saboya, 2018).



Mapa 2 - Antagonismos Sul Americanos.

Fonte: Lima (2012).

A partir desse entendimento, Travassos julgava ter soluções para ambas as bacias: no caso da Bolívia, seria o caso de traçar estradas de ferro que ligariam Puerto Suarez e Corumbá ao Porto de Santos a oeste ou uma hidrovia do Rio Beni (Bolívia) até Guajará-Mirim com ligação ferroviária até Porto Velho e prosseguir o caminho com outro intermédio fluvial até Amazonas. Já a situação do Paraguai, exigiria, para ele, uma conexão alternativa entre Foz do Iguaçu e Santos (Saboya, 2018).

Além desses dois países, Travassos também se preocupava com a ambiguidade das posições políticas do Uruguai e da Colômbia. Uruguai porque buscava um equilíbrio na posição como país que está entre a bacia platina e a costa brasileira e Colômbia porque demonstrava a ameaça que os Estados Unidos da América poderiam se tornar, pois se tratava de um país localizado entre o Oceano Pacífico e, portanto, proximidade com o Canal do Panamá e Atlântico e os pontos de passagem para a Amazônia - rio Madalena e Orinoco. Sua proximidade com o mar das Antilhas e o desmembramento da Colômbia para criar o Panamá

demonstrariam o poder de influência dos Estados Unidos e os caminhos que isso tomaria se chegasse ao Brasil através de conexões fluviais com a Colômbia. Nos termos de Travassos,

O Canal de Panamá - verdadeiro *carrefour* internacional - e o Mar das Antilhas - incubadora da influência *yankee* - exprimem bem o caráter das pressões que se exercem nessa extremidade do continente sul-americano (Travassos, 1938, p. 52-53)

Diferente de seus colegas estudados na pesquisa, o autor enxergava os Estados Unidos como a representação de uma ameaça iminente, que precisava de uma segurança quando decidisse atacar. Àquela altura eles já haviam tomado o controle de vizinhos sul-americanos em relação a seu interesse pelo petróleo da Venezuela, Colômbia e Peru e pretendiam continuar o mesmo projeto no Equador e na Bolívia. Além disso, a ascensão da exportação de borracha da Região Amazônica já tinha chamado atenção da Ford. A projeção futura estava em entrelinhas, conforme interpretação de Travassos (Saboya, 2018).

O plano era contornar essas duas influências da Argentina e Estados Unidos ao promover uma projeção nas regiões de baixa comunicação e articular uma congruência da comunicação entre a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica de forma que todas poderiam ser escoadas no Atlântico. Ele acreditava que os rios têm a capacidade de atuarem como vinculadores, com três fatores decisivos que isso ocorresse

a maior ou menor possibilidade de se levar, pelas linhas naturais de comunicação, os meios de transporte necessários; a maior ou menos praticabilidade das abertas nas linhas de cumiada; enfim, a maior ou menor tendência à plethora, levando ao nível dessas abertas a riqueza a transbordar-se de uma para outra vertente (Travassos, 1938, p. 35).

Quando ocorre, o principal objetivo se torna justamente que essas possam transportar para o Atlântico as “riquezas do centro e da vertente ocidental do continente” (Travassos, 1938, p. 40).

2.1.3 Meira Mattos

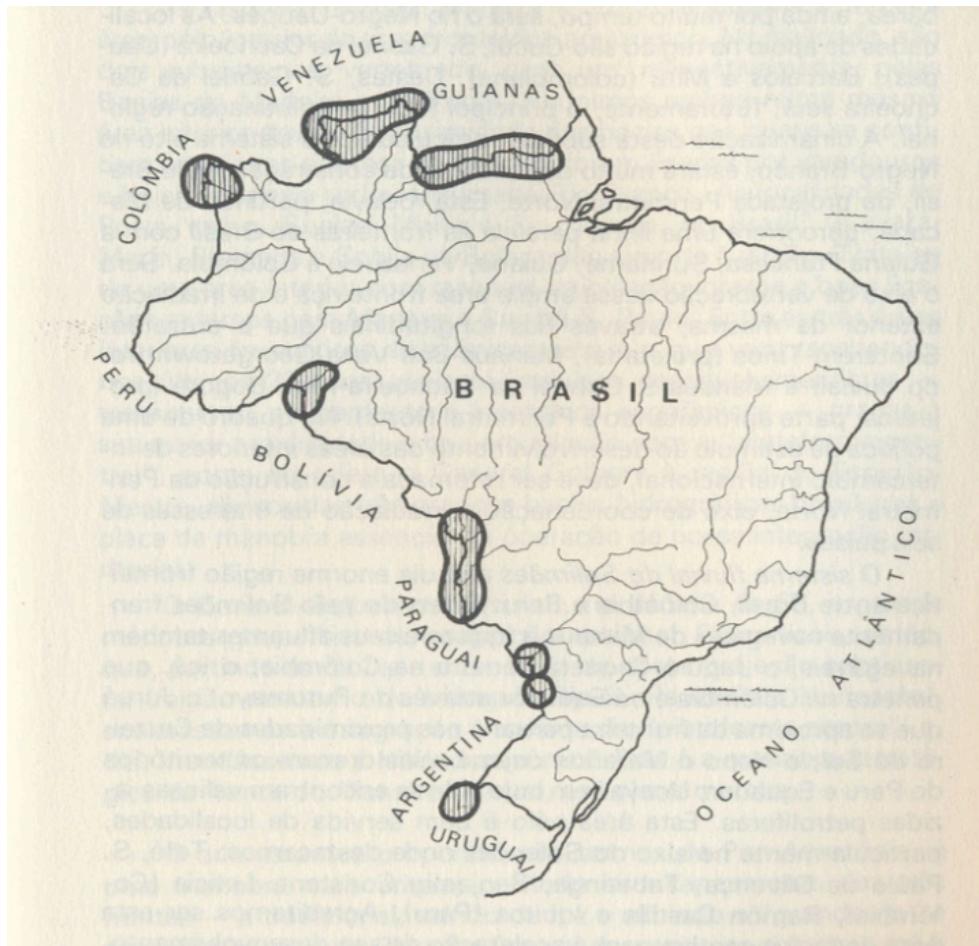
Meira Mattos enxerga que a geopolítica se tratava do produto da perspectiva do progresso como dominação humana sobre a natureza, mais especificamente, soberania do solo para manter espaços e conquistar outros. Nos textos do autor, datados desde a década de 1950 - como a obra *Projeção mundial do Brasil* (1958), de acesso restrito que a pesquisa não teve como obter - além do âmbito regional visado por Mario Travassos, era imprescindível o anseio do país por uma ascensão à nível global (Da Silva, Dal Moro, 2017). Suas referências de estudo geopolítico se distanciam palpavelmente da América do Sul e se tornam grandes países como os Estados Unidos, a Rússia e a Austrália (Barcellos, 2020).

Sua atividade teórica buscava guiar como deveria ser a atuação dos militares durante o período militar (Da Silva, Dal Moro, 2017), e como expresso em seu livro *Uma geopolítica pan-amazônica* (1980), sua ideia era que o desenvolvimento da nação brasileira se daria a partir de uma autonomia na formulação das ações do Brasil, conforme argumenta em suas palavras,

No cenário político-militar do globo, por força de nossa posição geográfica, estamos vinculados à estratégia de duas grandes áreas - do continente americano e do Atlântico Sul. Essas vinculações diretas, entretanto, nos arrastam a outras responsabilidades no quadro geoestratégico do planeta, em função do fator contiguidade geográfica, de valor constantemente alterado em virtude da rápida evolução dos meios de agressão bélica. [...] Nossa posição continental, ocupando uma extensa parte do território sul-americano, quase a metade, com um saliente lançado sobre a imensa massa afro-euro-asiática, nos incorpora, inelutavelmente, à estratégia mundial, como donos que somos do espaço vital à realização de dois planos militares de capital importância para a segurança do ocidente: o da defesa do continente americano, continente que poderá, um dia, vir a se transformar em “bastião do mundo livre”, em “cidadela das democracias” e o de manutenção da ponte estratégica do Atlântico, ligando à massa afro-euro-asiática, e vice-versa (Mattos citado por Barcellos, 2020, p.181).

Assim como seus colegas, a recomendação de Meira Mattos era que as formulações da ESG promovem políticas de ocupação do interior, principalmente nas regiões da bacia amazônica e o centro do Continente (Região Centro-Oeste), identificada pelo autor como a *hinterland* sul-americana, o “cerne do problema do despertar da continentalidade” (Mattos, 1980, p.169). Essa continentalização permitiria aos países de grande extensão territorial promoverem seus projetos de desenvolvimento nacional e internacional, pois, para ele, após esse esforço de integração territorial, a expansão econômica seria natural (Da Silva, Dal Moro, 2017).

Seu projeto de integração menciona toda a região que conhecemos como Amazônia Legal. Conforme demonstrado na imagem, Meira Mattos identifica três áreas de intercâmbio fronteiriço e projeta uma integração da rede fluvial para as mesmas: o primeiro seria o sistema Alto Rio Negro-Branco, que abarca, além do Brasil, a Venezuela, Guiana e Colômbia; a segunda área seria o sistema fluvial do Solimões, que engloba Brasil, Colômbia e Peru; e o terceiro segmento seriam os sistemas fluviais Madeira e Purus que articula as regiões de Manaus, transpassando Cuiabá até São Paulo (Mattos, 1980, p. 170-173).



Mapa 3 - Intercâmbio fronteiriço.

Fonte: Mattos, 1980, p. 171.

A asserção promovida por Meira Mattos é para que essa integração fluvial fosse o impulso para o desenvolvimento econômico e populacional. Conforme suas palavras, “[...] [seria] um recobrimento de impulsos, partindo de três frentes e ampliados através das áreas-pólos binacionais e trinacionais até os limites dos territórios amazônicos de nossos vizinhos” (1980, p. 173) para assim promover uma irradiação do desenvolvimento nacional nos países vizinhos e se consagrar como uma “grande nação” tais quais seus modelos estudados.

2.1.4 Golbery do Couto e Silva

Avançando em nossa breve recapitulação do pensamento geopolítico brasileiro, é possível nesse momento entender um pouco melhor sobre Golbery do Couto e Silva. Toda a sua teoria é permeada pela noção de Geoestratégia, ou seja, a integração entre o espaço

político, geográfico e de estratégia militar. No livro *Geopolítica do Brasil* (1981, p.144) o general afirma que :

não mais se consegue, com algo de precisão, delimitar a política interna dos Estados da política externa; a Estratégia transborda sobre a Política, penetrando-a toda; a guerra invade a paz, afigurando-se-nos hoje condição humana de caráter permanente e normal, já confundidas de todo as ações revolucionárias e subversivas com as atividades propriamente militares e colocadas em plano idêntico as ações ofensivas e defensivas conduzidas no campo econômico ou no setor da propaganda e da doutrinação ideológica [...] (Couto e Silva, 1967, p. 144).

Alinhando-se sobretudo com a noção de “guerra total”, ou seja, a noção de que “a guerra não é mais só guerra, é também guerra econômica, é também guerra política, guerra psicológica, guerra de ideologias [...]” (Couto e Silva, 1981, p. 144) Golbery defende a ideia de que “a Estratégia deixa de ser apenas a artes do generais” e “é também estratégia econômica estratégia política, estratégia psicossocial [...]” (Couto e Silva, 1981, p. 144) e normaliza tratar o território brasileiro como uma zona de guerra necessitada de uma estratégia militar para lutar contra um inimigo - pouco convincente - que se estabelece nesse momento da história: o comunismo.

Sua análise sobre as características da geopolítica brasileira no contexto da época resulta em

geopolítica de integração e valorização espaciais; geopolítica de expansionismo para o interior e, também, de projeção pacífica no exterior; geopolítica de contenção, ao longo das linhas fronteiriças; geopolítica de participação na defesa da Civilização Ocidental que também é a nossa; Geopolítica de colaboração continental; geopolítica de colaboração com o mundo subdesenvolvido de aquém e além mar; geopolítica de segurança ou geoestratégia nacional, em face da dinâmica própria dos grandes centros externos de poder. (COUTO E SILVA, 1981, p.138)

É importante pontuar que essas características se concentram no entendimento de Golbery acerca do papel do Brasil no contexto de Guerra Fria, sua principal preocupação. A lógica é semelhante ao que já foi defendido por Travassos (1938), mas diferente deste e mais próximo a Mattos (1980), suas ideias estavam alinhadas com o conceito de segurança nacional e geopolítica desenvolvido nos Estados Unidos, que Miyamoto e Gonçalves (1993) aponta em seu artigo *Os militares na política externa brasileira: 1964-1984* revela um profundo sentimento anticomunista e uma projeção do Estado brasileiro não apenas continental, mas no cenário mundial. Ou seja, a busca por um desenvolvimento do Brasil nas fronteiras a partir da ocupação social, que começa no nacional e se expande em uma lógica imperialista para os demais países, se tornando uma Grande Potência.

Como o próprio general incita, o objetivo seria tornar a “[...] participação brasileira muito mais efetiva na área vital e decisiva da soldadura continental cuja instabilidade natural sempre poderá constituir um perigo a exigir pronto remédio [...]” (Couto e Silva, p. 135, 1981) sendo que, em relação aos vizinhos sul-americanos, a nossa responsabilidade de

responder quaisquer conflitos sempre será maior e por isso “[...] nossa maior contribuição não poderá ainda ser outra que não a de tornar cada vez mais ponderável a nossa presença aí, com a contribuição mais imediata do potencial dinâmico do núcleo central brasileiro, distendido para mais junto delas [...]” (mesma obra, p. 135)

Golbery visa o potencial do Brasil se desenvolver economicamente e a oportunidade de também promover sua própria segurança nacional a partir da atuação como principal aliado dos Estados Unidos da América na Guerra Fria. Neste sentido, concorda com a Doutrina Monroe sobre segurança coletiva, pois reconhece que “a união voluntária e a paz continentais são pré-requisitos indispensáveis a planos muito mais altos e, no momento, inadiáveis impostos por exigências da segurança própria” (p. 50, 1967). Para ele, o objetivo comum seria a marcha contra o comunismo para configurar o Brasil na lógica civilizatória ocidental, sendo que, ainda para ele, o Brasil seria o grande responsável por isso na América do Sul, uma vez que a posição de grandiosidade não lhe é imposta, mas naturalmente concebida.

Acontece que para efetivar a posição do Brasil no contexto internacional seria necessário começar com uma política concisa de integração do território nacional, especialmente nas áreas consideradas ermas, como expresso no trecho a seguir:

Dentro de certo relativismo, pois que o próprio fato local só pode ser bem avaliado à vista de seu condicionamento externo, justo parece admitir que a análise do espaço diz respeito principalmente à definição de uma Geopolítica aplicada ao campo interno e visando à integração nacional, enquanto a estimativa da posição interessa, sobretudo, à Geopolítica orientada para o exterior, num sentido positivo de ataque ou negativa de defesa, e que se caracterize, num como outro caso, pela projeção do espaço nacional sobre os espaços circunvizinhos. E aí está porque a Geopolítica, se não fomenta os imperialismos, lhes abre o caminho a sonhos de conquista, domínio e expansão territorial. (Couto e Silva, 1981, p. 35)

Seu projeto geopolítico contorna a divisão do território brasileiro em cinco centros, conforme pode ser visto no esquema 29 criado por Golbery (1967, p. 125):

ESQUEMA 29



Mapa 4 - Áreas geopolíticas.

Fonte: Couto e Silva, 1981, p. 125.

Como podemos verificar no mapa acima, a Área 1, denominada “Reserva Geral” ou “Manobra Central”, abrange os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás (incluso o Distrito Federal), com objetivo de articular o Oeste com a ilha Amazônica. A Área 2, intitulada “Ala Norte”, abarca os estados do nordeste desde a Bahia até o Maranhão com o intuito de unir um escudo nordestino e revitalizar o potencial fluvial do Rio São Francisco - Rio Preto - Parnaguá - Rio Guarguéia - Parnaíba - Itapicuru. Em seguida, a terceira área chamada “Ala Sul” compreende os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e visa “ganhar maior organicidade em derredor do quadrilátero de articulação básica, demarcado por Curitiba - Porto Alegre - Santa Maria - e Irati” (Couto e Silva, 1981, p.126). A área geopolítica do “Oeste” é a área que circunscreve Mato Grosso, Rondônia e o que o autor chama de grande parte do atual Centro-Oeste, para conseguir integrar o sudeste ao noroeste e integrar com Bolívia e Paraguai - que mantém ligações com as bacias hidrográficas do Amazonas e do Prata e encarrega Cuiabá para fortalecer esse potencial de articulação fronteiriça e, além disso, pontua também a construção de estradas para dar continuidade a esse

plano. A quinta e última área denomina-se “Amazônia” e se estende sobre os estados do Amazonas, Pará, Acre e Amapá com a ganância de promover uma conexão econômica entre Guiana, Bolívia e Paraguai para se formar uma rota fluvial que permaneceria sendo um centro econômico através do triângulo Belém-Amapá-Santarém.

Novamente é importante destacar que, Segundo Golbery, o maior problema a ser enfrentado pelas formulações geopolíticas brasileiras está no impulso à ampla integração do território nacional, de forma que a “civilização” esteja presente em todas as regiões e possa fecundar em cada parte o pensamento desenvolvimentista brasileiro. Esse movimento seria remediado a partir de três fases, como demonstrado no esquema 7 (Couto e Silva, 1981, p. 47):



Mapa 5 - Manobra de integração do território nacional.

Fonte: Couto e Silva, 1981, p. 47.

Esse mapa demonstra como seria elaborada a tática de integração nacional brasileira. Contando com uma população jovem que estaria disposta a apropriar-se de terras no interior e reduzir as diferenças entre o avanço das capitais e a incultura sertaneja, que poderia deter o êxodo rural e diversificar a economia (Couto e Silva, 1981, p.47). A primeira fase seria ligar

as regiões Nordeste e Sul à região central, povoando as possíveis vias de penetração entre essas três áreas; em seguida, a segunda fase conta com uma colonização da região centro-oeste; e finalmente, é possível então propulsar uma onda civilizatória à Hiléia Amazônica (Couto e Silva, 1981, p. 92).

Alicerçado na integração nacional, é possível seguir em frente para o plano final do desenvolvimento brasileiro para Golbery: seu estabelecimento como Império e bastião da política e economia sul-americanas. É interessante notar que Golbery fundamenta todo seu projeto geopolítico pela crença na capacidade do Brasil em dominar e abranger sua influência para a América do Sul como se fosse apenas um direito e o destino natural da nação brasileira (Couto e Silva, 1981, p. 108):

Na verdade, o Brasil é bem um “império”, vasto império compacto de ampla frente marítima e dilatada fronteira continental, equipendentes quase em torno do eixo de simetria norte-sul que, do cabo Orange à barra do arroio Chuí, rudemente balizam o curso contínuo do Tocantins - Araguaia e, a seguir, com raras intermitências, o Paraná e o Uruguai, das cabeceiras do Aporé ao escoadouro do Quarai. Ocupe aquela frente uma posição sem dúvida o seu tanto marginal no caprichoso contorno do oceano mundial em que o Atlântico Sul é nada mais que gólfo ainda excêntrico; estenda-se aquela fronteira, em grande parte, através do deserto em que a Hiléia domina como vastíssimo cinturão protetor - condições são essas, favoráveis de início e que asseguram o indispensável grau de imunidade a ações de conquista, montadas em potência ou duração, e provindas do exterior. É de fato, no fundo a própria insalubridade, em proporções continentais (Couto e Silva, 1981, p. 108).

É possível observar essa ideia visualmente no esquema 20 (Couto e Silva, p. 88, 1981):



Mapa 6 - Compartimentação geopolítica da América do Sul.
Fonte: Couto e Silva, 1981, p. 88).

Diante a alteração de nomeação de algumas áreas, resuma-se assim (Couto e Silva, 1981, p. 127-128):

1. A Área 1 descrita como Área de Reserva Geral ou Plataforma Central de Manobra é onde estaria protegida a área geopolítica nuclear² do Brasil;
2. A Área 2 descrita como Área da Amazônia - no esquema 29, enumerada como área 5 - conseguiria ampliar a área geopolítica brasileira ao englobar política e economicamente as Guianas, a então conhecida como Grã-Colômbia e o Peru;

² O entendimento de Golbery (1967) dá uma luz ao assunto visto que sua ideia de desenvolvimento perpassa um conjunto de medidas expansionistas da agenda tecnológica, econômica e militar que garantiriam uma autonomia ao projeto estatal brasileiro em relação à sua desigualdade no cenário internacional. Mesmo que estivesse alinhado aos Estados Unidos quanto ao anticomunismo, ainda existia uma camada de desconfiança e a crença que não obter armamento nuclear seria o mesmo que a irrelevância quanto ao Ocidente. Isso significa que, naquele contexto, o desenvolvimento de um poderio nuclear seria a forma de alavancar o Brasil ao de superpotência, o que implicaria em suas pautas serem tratadas como prioridade.

3. A Área 3 intitulada Área Platino-Patagônica possibilitaria uma articulação do Brasil com o Uruguai, Argentina e possivelmente os Andes chilenos;
4. A Área 4 nomeada Área Continental de Soldadura conectaria o Mato Grosso - Rondônia com Paraguai - Bolívia;
5. A Área 5 denominada Área do Nordeste Brasileiro - no esquema 29, enumerada como área 2 - seria o grande responsável pela defesa do território brasileiro em relação às ações que poderiam chegar ao Brasil através do Atlântico e também atuaria como uma plataforma de projeção do Brasil no oriente.

Além do aspecto teórico já apontado, Golbery do Couto e Silva teve um papel ativo no desenvolvimento militarista em formulações de políticas públicas. Entre outras coisas, Golbery é apontado como o principal responsável pelas tratativas do governo da ditadura militar em relação à Amazônia Legal por sua presença como chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) em 1964, Ministro do Tribunal de Contas da União em 1967 e também como chefe do Estado-Maior do Escritório Executivo da Casa Civil do Governo durante os mandatos presidenciais do General Ernesto Geisel (1974-1979) e General Figueiredo (1979-1985). Sua atuação política se baseava em um argumento geopolítico muito centrado no contexto da Guerra Fria. Como analisa Rooy (2019) em *Um estudo da influência do pensamento geopolítico na concepção do Programa de Integração Nacional (PIN)*, Couto e Silva acreditava que naquele momento o país deveria priorizar uma melhor integração e circulação econômica e militar internas para otimizar a capacidade de resposta dentro do bloco capitalista a qualquer ameaça externa, principalmente as associadas à expansão do comunismo.

2.1.5 Integração territorial e desenvolvimento econômico - Nacionalismo e Imperialismo

Diante essa breve exposição das principais ideias fomentadas por Mário Travassos (1938), Meira Mattos (2011, 1980) e Golbery Couto e Silva (1981), comprehende-se que o campo geopolítico fundamentava-se na ideia da integração nacional servir como um caminho para a sua projeção como líder regional e Grande Potência Mundial.

Entretanto, a ESG - aqui citada como um movimento do monopólio intelectual da geopolítica brasileira - criticava diretamente o obstáculo que regimes civis considerados desqualificados significavam para de fato implementar esses grandiosos projetos de infraestrutura e integração territorial para a ascensão do país como Grande Potência. Em

crítica, Miyamoto comprehende em seu artigo *Geopolítica e autoritarismo: o caso brasileiro* (1984), que influenciados pelo exemplo dos Estados Unidos, os integrantes das Forças Armadas acreditavam que faltava alguém que pudesse ser capaz de administrar todas as riquezas territoriais brasileiras e esse “alguém” seriam eles mesmos.

O autor aponta que tornavam-se necessárias duas etapas para isso: a primeira seria encarregar-se do governo do Estado e a segunda, gerenciar os meios de comunicação. A segunda etapa se destaca por sua capacidade de monopolizar a versão ditatorial do regime e impor os planos políticos da regência militar sem abrir espaço para opiniões adversas. Por isso, assim que o Golpe Militar foi consumado, formou-se o Serviço Nacional de Informações (SNI), que já era aspirado por Golbery em seus escritos e de maneira geral serviria para reunir dados que seriam utilizados para relações documentadas de estratégia.

Como resultado, esse controle dos meios de comunicação fez com que os mecanismos de censura fossem proeminentes e assim, nascia um cenário que o Conselho de Segurança Nacional fosse criado. Atualizado pelo Decreto-lei n. 1.135, de 3 de dezembro de 1970, englobava tanto as dinâmicas internacionais quanto as nacionais, com respaldo de ser o “órgão de mais alto nível na assessoria direta ao Presidente da República, para formulação e execução da política de Segurança Nacional” (Miyamoto, 1984, p. 40), com incumbência de estabelecer dos Objetivos Nacionais Permanentes e de um Plano Estratégico Nacional e ademais, findar políticas de desenvolvimento nacional atreladas a política de Segurança Nacional tanto no ambiente doméstico quanto internacional. Algo inédito na concepção de segurança nacional da política brasileira, mas que forçava a inserção do desenvolvimento nacional na agenda de segurança. Como já proposto por Golbery, a Segurança Nacional era necessariamente política, econômica, militar e psicossocial.

Como Barcellos (2020) enfatiza, para equiparar o desenvolvimento econômico à noção de Segurança Nacional, as políticas públicas de ocupação territorial eram basilares por representarem a presença de brasileiros integrados à ideologia desenvolvimentista na região. Ao rasgar o país e traçar zonas de integração assumindo que elas estavam vazias, sabia-se da presença de povos originários. Entretanto, como estes não representavam o projeto geopolítico poderiam ser exonerados do direito à terra e à existência.

Esse processo não é uma novidade diante a história da economia capitalista. O que os teóricos da geopolítica exteriorizam como projeto, Rosa Luxemburgo relata como crítica. Em seu livro *A Acumulação do Capital* (1970) a autora aborda os pormenores da luta do capital contra comunidades pré-capitalistas. Para a revolucionária polonesa, comunidades

pré-capitalistas são aquelas que se organizam em terras comunais e produzem apenas o necessário para satisfazer as vontades dos integrantes daquela comunidade. Por direito e tradição, essas comunidades dependem diretamente de sua conexão com o meio de produção mais importante de todos: a terra. A questão é que a terra também é o meio de produção mais importante para o capitalismo, de modo que as terras habitadas por comunidades pré-capitalistas são vistas como potencial de expansão econômica, assim como esses indivíduos, se devidamente integrados da lógica capitalista, são potenciais trabalhadores - constituindo um exército de reserva novo - e consumidores (Luxemburgo, 1970). Ao seu modo, essa necessidade de transformar povos originários em cidadãos capitalistas aparece em Couto e Silva (1981) quando ele defende que um dos Objetivos Nacionais do Brasil que devem inspirar as ações geopolíticas seria “a consolidação da unidade do grupo nacional, através de crescente integração social, com fundamentação nos princípios da justiça social e da moral cristã” (Couto e Silva, 1981, p. 74).

O ponto é que, para Luxemburgo, a incorporação das comunidades “pré-capitalistas” é justamente a forma de existir do capitalismo. Essa integração significa um latente salto econômico por duas faces: a apropriação dos territórios enquanto recursos naturais e enquanto vida dos membros da comunidade. Luxemburgo (1970, p. 318) estabelece que o rompante capitalista é coordenado em quatro processos: e apropriação de forças produtivas (terra, minerais e etc.); “libertação” desses membros da comunidades para transformá-los em trabalhadores para o capital; introdução da economia de mercado; e separação da agricultura em relação ao artesanato, de forma a impossibilitar que os pequenos agricultores encontrem formas de subsistências próprias e sejam obrigados a produzir mercadorias. Cada um desses processos não acontece de forma pacífica. Do contrário, sempre há a utilização da violência política. Luxemburgo (1970) resume bem tal lógica:

Do mesmo modo que a acumulação do capital, com sua capacidade de expansão repentina, não pode aguardar o crescimento natural da população operária nem conformar-se com ele, tampouco poderá aguardar a lenta decomposição natural das formas não-capitalistas e sua passagem para a economia de mercado. O capital só conhece como solução para esse problema, o uso da violência, que constitui um método permanente da acumulação de capital no processo histórico, desde sua origem até os nossos dias [...] O método violento é, nesse caso, o resultado direto do choque do capitalismo com as estruturas da economia natural que entravam em sua acumulação (Luxemburgo, 1970, p.319-320)

Todo o processo de integração nacional perpassa uma violência sem precedentes de comunidades tradicionais, mas esse não é o começo da história. Como foi possível compreender, a Amazônia Legal ser vista como um problema do Estado brasileiro e fetichizada como um lugar de áreas enormes de terras abundantes e disponíveis para a expansão dos limites da capital não é uma novidade no pensamento político brasileiro. Com

efeito, a expansão do capitalismo e a integração do território na Amazônia legal são duas faces de um mesmo processo - o imperialismo - que demonstra a estreita conexão entre interesses do capital internacional e dos estadistas brasileiros ao longo de nossa história. Neste caso em específico, temos que o pensamento geopolítico, já disseminado entre a classe militar brasileira e adentrando aos poucos o imaginário do alto escalão político, fundamenta a criação da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1949, com a premissa de enfrentar o comunismo sob a influência do contexto histórico da Guerra Fria. Ainda que alinhada aos interesses da potência capitalista, Barcellos (2020) destaca que a história da fundamentação da ESG não advém *apenas* da influência estadunidense. Na realidade, para ele, a política de segurança dos Estados Unidos da América serve como *respaldo* para um projeto brasileiro de Grande Potência já disseminado anteriormente: um projeto especialmente dedicado a estimular uma conceituação ideológica alinhada à noção militarizada de Segurança Nacional Brasileira.

A despeito de divergências entre os grupos, concretamente o Estado de exceção alinhado com um viés geopolítico desenvolvimentista e imperialista, comandado por militares, possibilitou que os quatro processos exemplificados por Luxemburgo (1970) fossem amplamente executados de modo simultâneo e grande parte do território nacional tenha sido integrado em menos de quatro décadas, para benefício da elite nacional e do capital internacional que subordinou amplos territórios e suas populações ao processo de acumulação do capital.

No próximo capítulo, nos dedicamos a uma reconstrução histórica do cenário sociopolítico da região amazônica que prepara e aguarda o rompante capitalista da década de 1960.

2.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E POLÍTICOS (1930-1964)

Para compreender o contexto histórico da Amazônia Legal durante a Ditadura Militar, é basilar voltar alguns anos da história do século XX. Ante toda atuação a partir da década de 1960, muitos líderes políticos, religiosos, empresários, acadêmicos ou generais já haviam constatado que a conquista do interior do Brasil era o caminho para promoção da modernização do país. Ou seja, as ações no período da ditadura militar já tinham uma base ideológica - como podemos ver no estudo da geopolítica brasileiro no século XX - devidamente assentada e naturalizada.

Para essa recapitulação, vamos resgatar dois governantes que marcaram para sempre o rumo da história social e econômica da região e foram precedentes importantes para a atuação da ditadura militar: o período ditatorial do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

2.2.1 Getúlio Vargas e a “Marcha para Oeste”

O marco do governo de Vargas para a integração nacional, anunciado pelo próprio a partir de 1938, foi um mega projeto político intitulado “Marcha para Oeste”, que abarcou as Colônias Agrícolas Nacionais (1941), a Expedição Roncador-Xingu e a Coordenação de Mobilização Econômica (1942) que criou a Fundação Brasil Central (1943), como destacam Schneider e Almeida (2023) em *1940: o ano que o Brasil Oficial se voltou para o Oeste brasileiro*.

Esse projeto contou com a clara influência da obra de Mário Travassos e seu alerta sobre a urgência em ocupar o “espaço vital” brasileiro, visto que a Academia Militar participou ativamente na ascensão de Vargas ao poder em 1930 e é a partir desse governo que os militares recuperam seu espaço na esfera estatal, antes diminuída por crises de popularidade na gestão militar atribuídas às empreitadas, como por exemplo, em Canudos e a Revolução da Armada. Isso porque Vargas favoreceu e se apoiou no grupo de militares que seguiam a Doutrina de Góes Monteiro que defendia a participação do Exército na gestão pública - conforme discutido no capítulo anterior - em detrimento daqueles que defendiam que as forças armadas deveriam se limitar aos assuntos de defesa.

O próprio Travassos reconheceu sua participação nos projetos de Vargas, conforme se pode constatar em um dos apêndices de sua obra *Projeção Continental do Brasil*(1938) incluído em edições posteriores, no qual defende o fortalecimento da união entre o Brasil Platino e o Amazônico ao buscar adentrar Mato Grosso - que na época abarcava a extensão territorial conhecida atualmente como Mato Grosso do Sul (Saboya, 2018).

O contexto econômico estava muito propício a ações do tipo. O Brasil havia passado por momentos muito tensos na balança comercial entre 1914-1930 com a fragilidade promovida pela quebra da bolsa de 1929 e a diminuição das exportações de café e borracha nas décadas passadas. O capitalismo estava em crise e a teoria geral brasileira predispõe o surgimento de doutrinas econômicas que defendiam a centralização econômica no poderio estatal, ou seja, só o desenvolvimento do mercado interno daria condições para um crescimento econômico estável. A visão era que o fator “desenvolvimento do mercado

“interno” só seria possível em um cenário de expansão territorial para ampliação do capital que por sua vez precisava ser alavancado para fomentar um aumento de exportações agrícolas. Vargas foi eleito sob essas promessas, além da industrialização geral dos meios de produção brasileiros que pudessem promover a sonhada substituição de importações tanto defendida por vários nomes da opinião pública, política e científica conforme T. Almeida (2019) exemplifica em *Modernos bandeirantes, antigos interesses: a expedição roncador-xingu e a conquista da fronteira oeste (1938-1948)*.

De maneira adicional, existia uma preocupação de Vargas em resolver conflitos com a elite paulistana devido ao fato de que desde a sua eleição em 1930 até o golpe de 1937, políticos paulistanos eram totalmente contrários ao governo vigente. O empreendimento da “Marcha para Oeste” foi instrumentalizado, antes de qualquer coisa, como uma forma de recuperar as alianças com os principais apoiadores políticos da época. Para atingir esse objetivo, Vargas contou com a ajuda de um revisionismo histórico muito bem articulado por Cassiano Ricardo - membro da ala conservadora estadonovista - promovido com o ensaio *Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil* (1940) que teve como principal função propagandear a favor do período ditatorial do Estado Novo (Schneider, Almeida, 2023).

A formulação de Cassiano Ricardo teve como objetivo, portanto, vincular um símbolo de fácil assimilação da identidade paulistana como as Bandeiras colonizadoras à Marcha para Oeste como uma nova empreitada bandeirante. As bandeiras estavam em uma esfera muito respeitada da história pública regional paulista como demonstração da vitalidade dos paulistanos em promover a conquista territorial que supostamente iniciou a formação do Brasil como nação. Dessa forma, Cassiano Ricardo faz questão de vincular as bandeiras com o projeto nacionalista varguista, dizendo que a empreitada ao oeste brasileiro seria um reencontro das origens brasileiras e sua natureza colonizadora em levar civilização às áreas ermas (Schneider, Almeida, 2023).

Outros três elementos que contribuíram muito com a propaganda populista de Getúlio Vargas e seu empenho em ocupar o oeste, citados por Schneider e Almeida (2023), são: o incentivo do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), órgão criado no período, para o desenvolvimento e lançamento do filme *Os Bandeirantes* como uma propaganda política que facilitou a criação no imaginário popular do Estado Novo como aquele que iria desbravar o Brasil; além disso, o então presidente realizou diversas incursões pelo país como forma de incorporar o “espírito bandeirante” de forma que fosse reconhecido como o primeiro

a ir ao Oeste brasileiro. Durante uma de suas viagens, Vargas discursou em Manaus (AM) frisando novamente a importância de retomar as campanhas das bandeiras no período colonizador para integrar a região Norte do Brasil; e, por último, vale ressaltar o nascimento, em 1938, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como ferramenta para o empreendimento da “Marcha para Oeste”, visto que o Recenseamento Geral do Brasil de 1940 ampliou a estratégia política para compreender como manter controle sobre o território, investigar o estilo da vida econômica dos brasileiros e mapear as regiões do Brasil (Schneider, Almeida, 2023).

Através de tanto empenho empregado, surgem impactos irreversíveis que vão além do período de governança de Vargas. Oliveira (2017), por exemplo, conta a história do povo Xavante no artigo *Os Xavante e as políticas de desenvolvimento para a Amazônia Legal brasileira (da Era Vargas ao final da Ditadura Militar): de símbolo da brasiliade a obstáculo ao progresso* que já era marcada por uma sucessão de migrações, com origem aproximada em Tocantins, visto que foram vítimas de tentativas de pacificação por militares entre 1784 e 1788 em forma de “aldeamentos” que não passavam de presídios. Em algum momento incerto (mas a partir de 1820), conseguiram fugir desse local e chegaram ao Mato Grosso para evitar totalmente o contato com brancos e ao atravessarem o rio Araguaia se separaram permanentemente dos Xerente, que são da mesma família, mas são localizados atualmente no Tocantins. Estabelecidos no Vale Araguaia, passaram todo o período até a década de 1940 sem nenhum contato com a civilização.

A “Marcha para o Oeste” se concretizou a partir da Expedição Roncador-Xingu, que focava na construção de estradas na região, em entrar em contato com as comunidades indígenas e integrar as informações adquiridas para indicar os melhores pontos de implantação de núcleos urbanos à Fundação Brasil Central (Oliveira, 2017). Em 1946 ocorreu um primeiro contato bem sucedido (do ponto de vista do governo), organizado pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sendo que, na tentativa anterior, em 1941, a comunidade havia massacrado o grupo que tentou entrar em contato - na cosmologia Xavante eram os próprios xavantes que estariam “amansando” os brancos, como destaca Oliveira (2017). A questão é que o governo brasileiro assentou todo seu projeto de colonização e integração na concepção de que a comunidade indígena iria assimilar naturalmente o trabalho da agricultura civilizatória. Isso se demonstra na criação do Decreto-Lei nº 1736, de 3 de novembro de 1939, que subordina ao Ministério da Agricultura o Serviço de Proteção aos Índios, ao considerar que

o problema da proteção aos índios se acha intimamente ligado à questão de colonização, pois se trata, no ponto de vista material, de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo, para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com as populações civilizadas que se dedicam às atividades agrícolas (Brasil, 1939).

Com efeito, em tal documento, o governo brasileiro renega a condição de ser humano às comunidades indígenas, partindo da crença equivocada de que suas sentenças seriam aceitas passivamente e que não havia diversidade entre os povos indígenas. (Oliveira, 2017).

Desde essa época, havia a promessa feita aos xavante sobre a criação de reservas indígenas, o que aconteceu com a promulgação do Decreto Estadual nº 903 que reservava para esse fim a área de Barra das Garças. Esse decreto foi promulgado em março de 1950, mas no mesmo ano essas terras já estavam sendo vendidas para compradores interessados pelo próprio governo do estado.

. Ao mesmo tempo que as reservas não eram fornecidas, grupos Xavante liderados por cacique Apoena escolheram migrar para perto do posto da SPI em Pimentel Barbosa, enquanto outros, liderados por Öribiwe, se mudaram para as proximidades da base da Fundação Brasil Central em Xavantina, para conseguir doações de alimento e assistência médica. Neste momento, cerca de 65 indígenas, liderados por Jorure, se separaram do grupo e se mudaram para outra localidade. Entretanto, relatos de funcionários do SPI contam que a presença desse último grupo estava incomodando os colonos da região. Como citado por Oliveira (2017),

[os Xavante] iam pra roça dos colonos e usavam até um artifício interessante, eles iam no meio do mandiocal, tiravam a mandioca e enterraram a maniva, de forma que o camarada ia lá e via tudo bonito, só que só as raízes. E quando eles podiam, matavam uma galinha, quando havia possibilidade. Eles faziam isso, entendeu, então eles estavam incomodando. [...] A nossa equipe era pra cuidar desses índios e fazer com que eles fossem retirados de Xavantina, eles estavam incomodando os colonos e a própria cidade, a cidade não, o local, a base. Então a nossa missão era dar assistência a eles, mas levá-los para um lugar onde eles não pudessem retornar com facilidade. Então realmente levamos eles pro Capitariquara, que naquela época ficava distante, abaixou né, eles não tinham como sair (Oliveira, 2017, p. 160).

Os Xavante, entretanto, reclamam a terra como de seu pertencimento. Mas o SPI conseguiu convencer Öribiwe da mudança para esse novo posto que estaria localizado em Capitariquara, a 120 quilômetros da cidade inicial. Essa mudança foi bastante impopular e o grupo se dividiu outra vez, em que metade do grupo decidiu acompanhar Robert Butler, protestante evangélico, em seu assentamento em Areões, no Rio das Mortes. Os Xavante desse grupo continuaram indo à Xavantina e promovendo disputas internas, chegando a matar Öribiwe. Os indígenas em Capitariquara foram obrigados a trabalhar, sob a sentença de se

tornarem agricultores e criadores de gado, porém nada disso ocorreu. Na verdade, as disputas entre os dois grupos ficaram tão intensas que toda a equipe do SPI abandonou o local e o projeto integracionista acabou (Oliveira, 2017).

Quando isso ocorreu, a sociedade de colonos da região decidiu agir e começaram a atacar os Xavante, em estratégias genocidas como invasão armada às suas aldeias e doações de roupas contaminadas. Essa situação insustentável fez com que esses indígenas se exilassem em 1958 para missões salesianas de Sangradouro e São Marcos e abriu espaço para que o governo brasileiro vendesse seu território em 1960 para um proprietário privado que transformou as terras indígenas em uma fazenda. Diversas outras localidades dos demais grupos Xavante também foram vendidas e se transformaram em fazendas (Oliveira, 2017).

Voltando à contextualização do período ditatorial da Era Vargas, essa chega ao fim em 1945, mas suas consequências ainda são palpáveis, visto que a instrumentalização do sistema estatal pelo aparato militar foi tão bem utilizado, que quando o Brasil teve a chance de eleger democraticamente um presidente, a escolha majoritária favoreceu dois militares: Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes (1946-1950). Esse período representa uma experiência liberal-democrática, segundo Andrade (2015) em seu artigo *A Amazônia no pós-guerra e a construção da rodovia Belém-Brasília*. No ano seguinte, a Constituição de 1946 foi ratificada e uma de suas diferenciações foi o apontamento, no artigo 199, da importância da valorização econômica da Amazônia:

Art 199 - Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária. Parágrafo único - Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo federal (BRASIL, 1946 citado por Andrade, 2015, p.162)

Como vemos, a influência política dos militares inspirados por Mário Travassos e a Marcha para o Oeste haviam deixado marcas irreversíveis. Além disso, no contexto internacional pós-Segunda Guerra Mundial, a Amazônia com a iminente possibilidade de expansão capitalista, era apontada como o farol da modernidade das técnicas de planejamento. Em 1947, houve uma ação que concretizou o que foi chamado de Plano de Valorização Econômica da Amazônia, através da instituição na Câmara dos Deputados da “Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia” por Leopoldo Peres (PSD/AM), autor também do artigo 199, para servir como um dispositivo de fiscalização da região e formular propostas (Andrade, 2015).

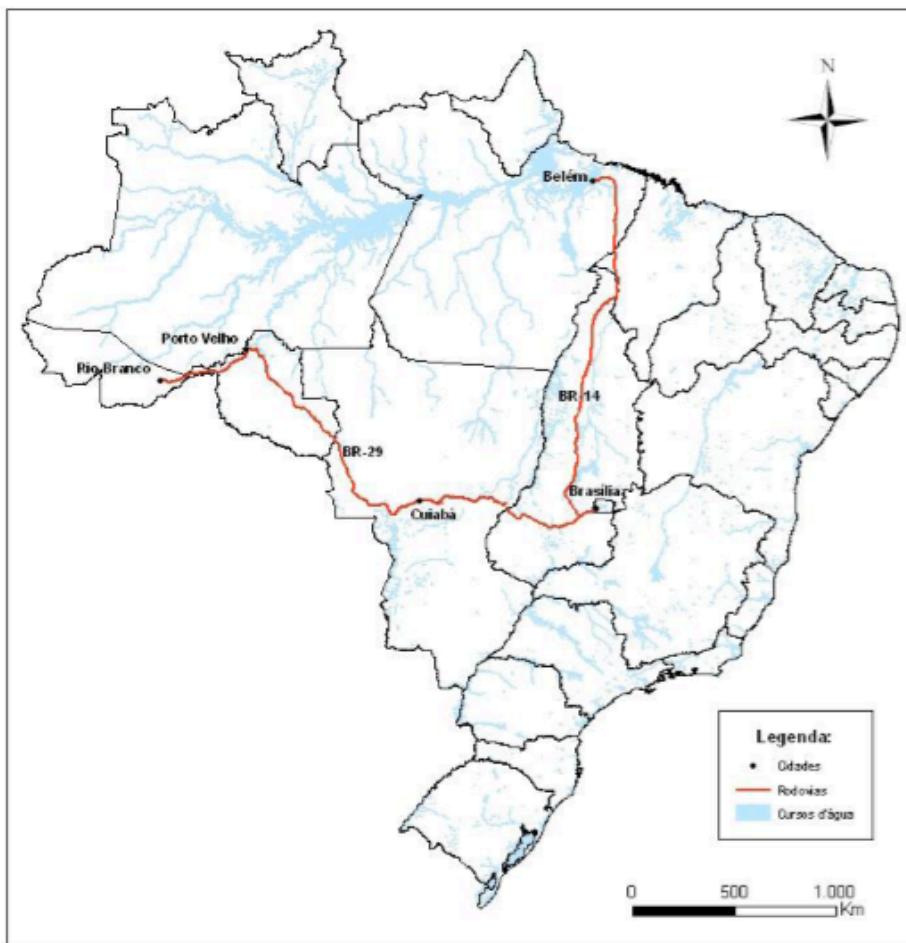
2.2.2 Juscelino Kubitschek e as BR-14 e BR-29

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954) foi criada, através da Lei nº 1806 de 6 de janeiro de 1953, a Superintendência do Planejamento de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com o objetivo de coordenar a alocação dos recursos financeiros - advindos dos três por cento garantidos por lei - para a região. Apesar dessas ações, foi somente a partir do governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961) que o órgão trabalhou em algo relevante, visto que a questão do desenvolvimento acoplando a Amazônia Legal voltou aos holofotes com o Plano de Metas e o slogan oficial “50 anos de progresso em 5 anos de governo” (Andrade, 2015). Conforme Margarit (2013) exemplifica com uma citação de Huertas (2009), em seu artigo *O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da amazônia durante o governo militar*, JK buscava demonstrar que o interior do Brasil era a resposta para a expansão do mercado brasileiro. Para ele,

[...] era preciso dar um salto para o futuro, “desenvolver 50 anos em 5”, com um programa de investimentos distribuídos entre os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Mas se tornava essencial atrair mão-de-obra, capitais e empreendimentos para o coração do Brasil, e a nova capital, a cerca de mil quilômetros da faixa litorânea, significava o rompimento definitivo com a velha concepção da vocação agrícola do Brasil. Assim, o governo propõe uma guinada no curso do desenvolvimento nacional, levando-o para o interior, e incentiva a industrialização com o consequente alargamento do mercado interno (HUERTAS, 2009. p.75 citado por Margarit, 2013, p.14).

A principal contribuição de JK em relação à integração econômica da região da Amazônia Legal foi o planejamento da construção da rodovia Belém-Brasília - também conhecida como transbrasiliana ou BR-14 (atual BR-153) - e a rodovia Acre/Brasília - ou BR-29 (atual BR-364) - no ano de 1958 (Margarit, 2013). Essas são duas do consórcio de estradas que ligam Brasília criadas juntamente naquele momento, são essas: Belém/Brasília, Acre/Brasília, Fortaleza/Brasília, Belo Horizonte/Brasília e Goiânia/Brasília (Andrade, 2015).

Margarit (2013) descreve que ambas contornam a Amazônia Legal como “pinças” de forma a levar riquezas naturais da região para os grandes núcleos econômicos da região Centro-Sul, conforme o mapa abaixo, apresentado por Huertas (2009) em seu artigo (Margarit, 2013, p. 15).



Mapa 7 - “Pinças rodoviárias” criadas durante o governo JK.

Fonte: Margarit, 2013, p. 15.

A partir da construção dessas rodovias, teve início um novo movimento de pessoas. Isso porque, conforme (Margarit, 2013), o fluxo comercial e humano muda em muitos sentidos. A navegação, que anteriormente era a principal forma de cumprir essa função de intercâmbio entre núcleos populacionais, perdeu espaço para as rodovias. Por exemplo, o costume de navegação entre Cáceres e Corumbá pelo rio Paraguai praticamente desaparece a partir dessa época. Além disso, essas rodovias não tinham somente a função de favorecer a circulação de pessoas e mercadorias, mas também cumpriam a função de estender o espaço do Centro-Sul, servindo como fonte de pesquisa de novas áreas agricultáveis e de ocupação humana.

Andrade (2015) aponta que a estrada levou dois anos para ser construída e foi criticada por muitos por sua precariedade na qualidade. Conforme Andrade (2015) citando falas de Mauro Borges (1959) senador pelo Partido Social Democrata (PSD) explicita, “a estrada nada mais era que um grande trecho da Anápolis-Belém, que já estava em construção desde a década anterior. A única novidade seria o fato de o governo, enfim, conceder à rodovia alta prioridade” (Andrade, 2015, p. 171). Ou seja, apesar de todas as críticas, a

criação da Belém-Brasília foi o início do planejamento de vias comunicativas integradas com a Amazônia. Margarit (2013), citando Becker (2004), aponta que a região apresentou um salto de 1 milhão para 5 milhões de pessoas entre 1950 à 1960.

Ou seja, foi o primeiro passo para essas regiões serem colocadas no mapa do capitalismo e seu rompante de apropriação de meios de produção, conforme Rosa Luxemburgo (1970) comenta, visto que é claramente parte do planejamento geopolítico idealizado por Travassos (1938) com a visão de que a partir de vias de comunicação seria possível integrar a região e reorganizar o espaço brasileiro.

Apesar disso, é reconhecido por Travassos, Meira Mattos e Golbery Couto e Silva que apenas a construção de rodovias não é suficiente para a integração de um espaço. A estratégia geopolítica requer incentivos ativos na região, de forma a levar pessoas e o capital para realizar as vias factuais de suas funções integrativas. Conforme visto, a história sociopolítica da Amazônia na primeira metade do século XX é de uma constante variedade de ações para promover sua integração, mas nada que de fato concretize o que estava sendo idealizado em integração ampla e sem precedentes na história. O cenário muda, entretanto, a partir do Golpe Militar e o próximo capítulo trata das políticas públicas de integração nacional criadas e desenvolvidas nesse período da história.

2.3 DITADURA MILITAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL

Para compreendermos as ações da governança da Ditadura Militar em relação às políticas públicas de integração nacional cumpre compreender que o processo destoa totalmente dos casos clássicos, refletindo na verdade, a centralidade da tomada de decisões no alto escalão do executivo brasileiro como Pereira corrobora em *O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia* (1997). Outrossim, que esse processo refletia sua concepção do que seria o Estado brasileiro e sua relação com a política externa.

Como Coutinho (2006) explana em seu artigo *O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas*, o Brasil se forma como um Estado unificado antes de se formar uma nação. O processo de independência derivando de um acordo entre as elites brasileiras e portuguesas, serve como um precedente de como o Brasil lidou com a integração nacional nos governos Vargas à Ditadura Militar.

Uma observação essencial para reforçar esse apontamento é a rivalidade política brasileira dos anos 1940 e 1950, entre os liberais - também conhecidos como “entreguistas” ou “americanistas” - e os “nacionalistas”. O primeiro termo se refere àqueles que gostariam que o Brasil nivellasse com os interesses dos Estados Unidos no campo diplomático, e servisse como um país sem barreiras econômicas em favor dos americanos, principalmente no que tangia às atividades agrícolas. O segundo termo são militares e civis desenvolvimentistas, que acreditavam na imposição do país brasileiro em agendas econômicas como petróleo e a industrialização (Barcellos, 2020).

Esse debate foi conhecido por adentrar vários setores da sociedade e a governança brasileira. No que cumpre o terreno do nacionalismo, Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e a criação da ESG podem ser atribuídos como um fruto dele, todos com a aspiração de promover uma estruturação ideológica do projeto de desenvolvimento do Brasil.

O que denota diferenciação entre os governos anteriores e a ditadura militar foi exatamente um destoamento do apoio popular. Sua missão baseava-se em integrar civis, militares e políticos para atingir objetivos que ressaltam a soberania nacional por meio da perseguição de objetivos nacionais, divididos em objetivos nacionais *permanentes* e objetivos nacionais *atuais*. Mas excluíram totalmente o fator humano ao promover censura de opinião pública para um “bem maior”, enquanto a elite, considerada capaz, poderia conduzir o projeto de Grande Nação.

E para esse projeto, que buscava promover o desenvolvimento econômico planejado para ocupar áreas consideradas ermas de modo a preencher a deturpada noção de Segurança Nacional elaborada pela ESG, se refletiram políticas públicas intensas na região Amazônica, compreendida como a esperança da expansão econômica brasileira.

2.3.1 Principais políticas e programas

Margarit (2013) demonstra essa intensificação nas políticas públicas para a região através do quadro adaptado originalmente publicado por Becker (1990, p. 16-17).

Quadro 1: Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953-1988)

Ano	Programas, projetos e órgãos executores	Objetivos
1953	SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia / Presidência da República	Elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da Amazônia
1958	Rodovia Belém-Brasília (BR-010) / Ministério dos Transportes, DNER	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país
1960	Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364) / Ministério dos Transportes, DNER	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção Meridional da Amazônia
1966	Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia / Ministério do Interior	Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais
1967	Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus / Ministério do Interior	Integrar a porção ocidental da Amazônia, mediante criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos
1968	Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia / Ministério das Minas e Energia	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético
1968	Incentivos Fiscais / Sudam	Promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas
1970	PIN – Programa de Integração Nacional	Estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da Sudene e Sudam
1970	Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste	Promover a capitalização rural
1970	Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Ministério do Interior	Executar a estratégia de distribuição controlada da terra
1974	Polamazônia – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia / Ministérios do Interior, Agricultura e Transportes	Concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infraestrutura urbana
1980	Getat – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins Gebam – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas SGCSN/PR	Regularização fundiária, discriminação de terras e distribuição de títulos
1980	PGC – Programa Grande Carajás / Seplan-PR	Explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região
1981	Polonordeste / Ministérios da Agricultura, Transportes e Interior	Pavimentar a BR-364; promover a colonização
1985	PCN – Projeto Calha Norte / SGCSN-PR	Oficialmente, assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação e assistir os índios
1987	Projeto 2010 / Ministério das Minas e Energia, Eletronorte	Implantar rede hidrelétrica para estimular o desenvolvimento industrial da região
1988	Programa Nossa Natureza / Ministério do Interior, AS-DEN/PR	Oficialmente, rever legislação ambiental para a região e zoneamento agroecológico na Amazônia

Quadro 1 - Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953-1988).

Fonte: Becker, 1990, p. 16-17 *apud* Margarit, 2013, p. 17.

Após a criação da SPVEA em 1953 e a construção das rodovias BR-14 e BR-29 todas as políticas tiveram uma pausa de seis anos até o golpe militar, como demonstra Santana (2009) no artigo *A BR-163: ‘ocupar para não entregar’, a política da ditadura militar para a ocupação do ‘vazio’ Amazônico*, o governo Castelo Branco (1964-1967) organizou um complexo de leis e medidas chamado “Operação Amazônia”, com objetivo de integrar proposta visava à consolidação da integração da região amazônica ao contexto socioeconômico nacional, por meio de uma série de medidas institucionais e estratégicas.

Entre elas, destacam-se a reestruturação do Banco da Amazônia S.A. (BASA), com vistas à ampliação de sua capacidade de financiamento regional, e a substituição da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em conjunto com o Ministério do Interior - que foi um dos órgãos originários do período. Seu objetivo era coordenar e supervisionar programas e planos regionais e decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais. Esse órgão foi o marco principal que fabricou uma série de medidas essenciais para as políticas de

ocupação no Brasil. No ano de 1967, o Ministério do Interior também concebeu a Suframa, a Superintendência da Zona Franca de Manaus que busca integrar a porção ocidental da Amazônia, mediante criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos (Santana, 2009).

Em 1968, foi criado o Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia pelo Ministério das Minas e Energia que demonstrava o interesse em supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético; e também, é nesse ano que a Sudam dá seus primeiros passos, começando com incentivos fiscais para promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas (Margarit, 2013).

No ano de 1970, foi lançado o Programa de Integração Nacional (PIN). Sob o lema “integrar para não entregar”, consolidou-se um dos marcos mais significativos da atuação do Estado brasileiro na região amazônica, caracterizado por uma intervenção federal de caráter ostensivo e estratégico. As diretrizes centrais dessa política incluíram a expansão da infraestrutura viária da Transamazônica (BR-230), Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Belém-Brasília (BR-153) (Margarit, 2013). Como já citado anteriormente, essas obras continuavam com o intuito de servir como instrumento fundamental para a abertura da fronteira agrícola e a integração territorial de áreas até então isoladas. A BR-364 (Cuiabá–Porto Velho) também desempenhou papel relevante ao conectar o estado de Rondônia ao Centro-Sul do país, ampliando o acesso logístico e econômico. Outra conduta importante que o PIN ficou responsável foi a implementação de programas de colonização e reforma agrária ao longo de uma faixa de 100 km em cada lado das rodovias, com o intuito de promover o povoamento dirigido e a redistribuição fundiária, articulando ocupação territorial com objetivos produtivos e sociais. Além disso, estabeleceu-se a destinação de 30% dos valores provenientes dos impostos de renda para o financiamento das ações previstas no programa, visando garantir sua sustentabilidade econômica e atratividade para investidores privados (Santana, 2009).

A implementação de programas de colonização foi centralizada na gerência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que desde a sua criação em 1970, tinham como objetivo principal assentar trabalhadores sem-terra e migrantes, em sua maioria originários das regiões Sul e Nordeste, em áreas frequentemente ocupadas por populações indígenas ou garimpeiros (Santana, 2009). Essas ações refletiam a estratégia de ocupação dirigida da fronteira amazônica, buscando organizar o fluxo migratório e ampliar a presença do Estado em territórios até então marginalizados. Entre os casos mais emblemáticos estão o Projeto Integrado de Colonização de Ouro Preto e os PADs Burareiro e Marechal

Dutra, em Rondônia, iniciativas que ilustram tanto o alcance quanto os dilemas socioambientais gerados pela política de colonização, como Cordeiro (2015) ressalta em *Marechais e Burareiros: Projetos de colonização na Amazônia Ocidental*.

O Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), também foi instituído em 1970 no âmbito do Plano de Integração Nacional (PIN), teve como escopo promover a capitalização rural e estimular o desenvolvimento agroindustrial nas regiões Norte e Nordeste. Por meio da redistribuição de lotes de terra, da concessão de crédito rural e da oferta de assistência técnica, o PROTERRA visava modernizar os sistemas produtivos, reduzir as desigualdades territoriais e consolidar a presença do Estado em áreas historicamente carentes de infraestrutura (Margarit, 2013).

Logo após, houve a criação de uma iniciativa parecida, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), criado em 1974 pelos Ministérios do Interior, da Agricultura e dos Transportes para investir em áreas estratégicas da região amazônica com o propósito de estimular fluxos migratórios dirigidos, expandir o rebanho bovino e aprimorar a infraestrutura urbana. Ao canalizar recursos públicos para polos selecionados, o Polamazônia buscou não apenas acelerar a ocupação e o desenvolvimento socioeconômico, mas também articular como peça central de uma política de integração territorial pautada na ordenação do uso da terra e na dinamização das atividades agropecuárias e agrominerais (Margarit, 2013).

Em 1980 ocorreu o surgimento do Grupo Executivo de Terras do Araguaia - Tocantins (Getat), o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (Gebam), pelo SGCSN/PR buscando a regularização fundiária, discriminação de terras e distribuição de títulos e também do Programa Grande Carajás (PGC) da Seplan-PR para explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região. Isso demonstra um direcionamento da população paranaense para a região amazônica, aspecto que vai ser melhor explorado mais a frente (Margarit, 2013).

Além disso, no início da década de 1980, Amaral (1999) em sua tese *Os latifúndios do Incra: A concentração de terra nos projetos de assentamento em Rondônia*, sublinha o papel do Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil (Polonoroeste), que canalizou recursos federais e aportes do Banco Mundial para pavimentar a BR-364 e implantar projetos de colonização em Rondônia, consolidando esse eixo viário como vetor de ocupação e integração territorial. Em 1981, sob a coordenação dos Ministérios da Agricultura, dos Transportes e do Interior, o Polonoroeste reafirmou seu propósito de assegurar a

concretização da rodovia e de fomentar a colonização dirigida na fronteira amazônica. Já em 1985, ainda no período militar, o Projeto Calha Norte (PCN) foi instituído pelo Sub-Grupo de Coordenação e Sistematização Nacional da Presidência da República (SGCSN-PR) com o objetivo oficial de garantir a soberania nacional, fiscalizar a circulação de pessoas e mercadorias e prestar assistência às populações indígenas. Com a transição para o governo Sarney, a estrutura de planejamento herdada da ditadura manteve-se influente: em 1987, o Ministério das Minas e Energia, em parceria com a Eletronorte, lançou o Projeto 2010 para expandir a rede hidrelétrica e estimular o desenvolvimento industrial na região; e, em 1988, o Ministério do Interior, juntamente com a Assessoria Especial de Defesa do Meio Ambiente da Presidência da República (AS-DEN/PR), instituiu o Programa Nossa Natureza, destinado a revisar a legislação ambiental regional e promover o zoneamento agroecológico da Amazônia. Um caso que ajuda a exemplificar que essas iniciativas geraram continuidade institucional do regime militar.

É importante ressaltar que além das medidas do Estado, a colonização nessa época também contou com a forte presença de empresas privadas, além de um lado “espontâneo”. Essa espontaneidade surge justamente de processos da colonização, como por exemplo, a construção das rodovias que atraíram um significativo número de migrantes que buscavam a oportunidade de ficar pela região e conseguir terra, fugindo de condições precárias em suas regiões de origem e/ou promessa de vida melhor em outros lugares. É uma perspectiva que o Estado não visava em seu projeto: a fome de pessoas por terra, de forma desordenada, que não se encaixavam exatamente no perfil necessário para ser contemplado. Aqueles migrantes que ficavam pela região acabavam integrando acampamentos “sem terra” que se tornavam vazões para conflitos constantes.

As empresas privadas contribuíram muito para a execução dos planos dos governos. Em *Cumplicidade empresarial, justiça de transição e violações de direitos humanos dos povos indígenas no Brasil durante a Ditadura civil-militar de 1964-1988*, Osowski e Pamplona (2021) denunciam justamente esse pacto que levou a um modelo de integração nacional que priorizava os interesses do Mercado e foi o prenúncio da expansão do agronegócio posteriormente. Diante de documentos oficiais da Comissão Nacional da Verdade (CNV), obteve-se informações de como esse processo ocorreu.

Durante a ditadura civil-militar (1964–1988), as empresas privadas tornaram-se protagonistas na implementação dos grandes projetos de integração nacional, forjando com o Estado um pacto que privilegiava os interesses do mercado e prenunciava a expansão futura do agronegócio. Em *Cumplicidade empresarial, justiça de transição e violações de direitos*

humanos dos povos indígenas no Brasil durante a Ditadura civil-militar de 1964-1988, Osowski e Pamplona (2021), utilizam documentos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) para demonstrar como essa aliança se traduziu na construção de rodovias como a Transamazônica, a Cuiabá–Santarém e a Perimetral Norte (BR-210). A atuação de grandes empreiteiras, destacadamente a Camargo Corrêa, não apenas viabilizou essas obras de infraestrutura, mas também propiciou o contato forçado com 52 povos indígenas, deflagrou graves crises sanitárias com a introdução de doenças por trabalhadores e desencadeou epidemias de alta letalidade entre Yanomami e Parakanã, além de violência sistemática contra mulheres indígenas.

No ápice dessa articulação público-privada, a construção da Usina Binacional de Itaipu evidenciou o extremo desse modelo: com apoio estatal, a Camargo Corrêa negou a presença dos Guarani, promoveu deslocamentos forçados e queimou habitações, enquanto o assassinato do embaixador José Jobim expôs os interesses econômicos subjacentes e o superfaturamento das obras. A sequência de violações prosseguiu com a Hidrelétrica de Tucuruí, que deslocou os Akrātikatejê e os Parakanã, rendendo condenação da Eletronorte por danos, e com a Usina de Balbina, cuja inundação do território Waimiri-Atroari resultou na remoção de aldeias e na instalação de mineradoras como Timbó/Paranapanema e Taboca em reservas indígenas, sendo a Paranapanema até acusada de contratar milícias para “limpeza” de trechos da BR-174. Por fim, a exploração de minérios expressa em projetos como Carajás, Radambrasil e conflitos no Alto Rio Negro e na reserva Cinta Larga e a extração de madeira, que em certos casos se amparou no instituto da “Renda Indígena” para impor trabalho forçado, consolidaram um regime de ocupação que subjugou direitos territoriais e sociais em nome da integração nacional.

2.3.2 A atuação do INCRA e empresas de colonização

Outro aspecto dessa cumplicidade foi o adentramento de empresas de colonização em terras públicas, todavia, para cumprir com o objetivo da pesquisa de comprovar o quanto alinhado estava as ações da geopolítica com as políticas públicas de integração, se faz necessário enfatizar antes a conduta do programa que possibilitou que a popularização da migração de grande parte dos atuais moradores da região da Amazônia Legal acontecesse. Dados do IBGE corroboram esse argumento e apontam um aumento populacional expressivo ocorrido entre as décadas de 60, 70 e 80:

1. DEMOGRAFIA

1.9 — População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1940-1980

(continua)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	19-9-1960					
	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
BRASIL	35 055 457	35 015 000	15 120 390	16 182 644	19 935 067	18 832 356
NORTE	1 304 964	1 256 818	460 264	497 454	844 700	759 364
Rondônia	38 681	31 111	15 392	14 794	23 289	16 317
Acre	83 963	74 221	16 175	16 525	67 788	57 696
Amazonas	363 528	344 931	112 049	120 868	251 479	224 063
Roraima	14 647	13 657	6 099	6 049	8 548	7 608
Pará	769 725	759 568	293 421	321 552	476 304	438 016
Amapá	34 420	33 330	17 128	17 666	17 292	15 664
NORDESTE	10 862 759	11 319 121	3 496 484	4 020 016	7 366 275	7 299 105
Maranhão	1 252 198	1 217 249	207 263	229 361	1 044 935	987 888
Piauí	614 541	627 595	131 821	153 745	482 720	473 850
Ceará	1 612 744	1 683 622	509 459	589 442	1 103 285	1 094 180
Rio Grande do Norte	559 410	586 092	198 854	229 259	360 556	356 833
Paraíba	970 772	1 030 079	323 552	373 784	647 220	656 295
Pernambuco	1 982 782	2 112 597	850 562	974 722	1 132 220	1 137 875
Alagoas	611 635	646 472	194 585	225 851	417 050	420 621
Fernando de Noronha	746	643	746	643	-	-
Sergipe	362 737	389 519	133 132	156 797	229 605	232 722
Bahia	2 895 194	3 025 253	946 510	1 086 412	1 948 684	1 938 841
SUDESTE	15 380 141	15 250 587	8 528 381	8 932 516	6 851 760	6 318 071
Minas Gerais (4)	4 966 521	4 945 986	1 841 657	2 005 944	3 124 864	2 940 042
Espírito Santo (4)	662 018	636 224	183 866	194 878	478 152	441 346
Rio de Janeiro	3 271 181	3 339 567	2 542 822	2 671 987	728 359	667 580
São Paulo	6 480 421	6 328 810	3 960 036	4 059 707	2 520 385	2 269 103
SUL	5 973 897	5 779 178	2 127 102	2 233 589	3 846 795	3 545 589
Paraná	2 215 970	2 052 269	649 675	656 252	1 566 295	1 396 017
Santa Catarina	1 074 254	1 043 862	330 630	343 351	743 624	700 511
Rio Grande do Sul	2 683 673	2 683 047	1 146 797	1 233 986	1 536 876	1 449 061
CENTRO-OESTE	1 533 696	1 409 296	508 159	499 069	1 025 537	910 227
Mato Grosso do Sul	464 175	425 364	169 249	174 320	294 926	251 044
Mato Grosso	982 319	930 970	279 110	296 215	703 209	634 755
Goiás	87 202	52 962	59 800	28 534	27 402	24 428
Distrito Federal						

Quadro 2 - População residente 1960.

Fonte: IBGE, 1986, p. 35.

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	19-9-1970					
	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
BRASIL	46 331 343	46 807 694	25 227 825	26 857 159	21 103 518	19 950 535
NORTE	1 819 228	1 784 632	779 264	847 336	1 039 964	937 296
Rondônia	58 974	52 090	29 835	29 729	29 139	22 361
Acre	112 191	103 108	28 885	30 422	83 306	72 686
Amazonas	482 062	473 173	194 930	210 901	287 132	262 272
Roraima	21 066	19 819	8 691	8 790	12 375	11 029
Pará	1 087 468	1 079 550	486 522	535 444	600 946	544 106
Amapá	57 467	56 892	30 401	32 050	27 066	24 842
NORDESTE	13 719 134	14 392 793	5 523 032	6 229 945	8 196 102	8 162 848
Maranhão	1 495 826	1 496 860	356 860	395 167	1 138 966	1 101 693
Piauí	828 107	852 466	252 211	284 401	575 896	568 065
Ceará	2 130 241	2 231 362	834 451	945 642	1 295 790	1 285 720
Rio Grande do Norte	754 724	795 520	346 733	390 635	407 991	404 885
Paraíba	1 143 553	1 239 064	464 556	537 600	678 997	701 464
Pernambuco	2 489 712	2 670 928	1 321 030	1 489 813	1 168 682	1 181 115
Alagoas	776 923	811 186	296 942	334 797	479 981	476 389
Fernando de Noronha	682	559	682	559	-	-
Sergipe	436 628	464 116	195 284	220 131	241 344	243 985
Bahia	3 662 738	3 830 732	1 454 283	1 631 200	2 208 455	2 199 532
SUDESTE	19 854 063	19 999 435	14 175 115	14 789 486	5 678 948	5 209 949
Minas Gerais (4)	5 708 189	5 779 226	2 910 021	3 150 279	2 798 168	2 628 947
Espírito Santo (4)	805 448	793 885	350 447	371 469	455 001	422 416
Rio de Janeiro	4 409 066	4 585 736	3 837 923	4 068 223	571 143	517 513
São Paulo	8 931 360	8 840 588	7 076 724	7 199 515	1 854 636	1 641 073
SUL	8 331 430	8 165 063	3 548 880	3 754 547	4 782 550	4 410 516
Paraná	3 552 021	3 377 847	1 231 923	1 272 455	2 320 098	2 105 392
Santa Catarina	1 462 702	1 439 032	609 602	636 441	853 100	802 591
Rio Grande do Sul	3 316 707	3 348 184	1 707 355	1 845 651	1 609 352	1 502 533
CENTRO-OESTE	2 607 488	2 465 771	1 201 534	1 235 845	1 405 954	1 229 926
Mato Grosso do Sul	833 123	763 967	338 050	346 139	495 073	417 828
Mato Grosso	1 503 976	1 434 701	604 784	632 324	899 192	802 377
Goiás	270 389	267 103	258 700	257 382	11 689	9 721
Distrito Federal						

Quadro 3 - População residente 1970.

Fonte: IBGE, 1986, p. 35.

1. DEMOGRAFIA

1.9 — População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1940-1980

(conclusão)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	19-9-1980					
	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
BRASIL	59 123 361	59 879 345	39 228 040	41 208 369	19 895 321	18 670 976
NORTE	2 989 631	2 890 637	1 484 788	1 552 362	1 504 843	1 338 275
Rondônia	259 237	231 832	116 338	112 201	142 899	119 631
Acre	155 088	146 215	64 690	67 479	90 398	78 736
Amazonas	722 210	707 879	419 806	436 811	302 404	271 068
Roraima	41 165	37 994	24 438	24 296	16 727	13 698
Pará	1 724 367	1 679 024	808 726	858 630	915 641	820 394
Amapá	87 564	87 693	50 790	52 945	36 774	34 748

Quadro 4 - População residente 1980.

Fonte: IBGE, 1986, p. 36.

Para se encaixar nos critérios de contemplação do órgão, Cordeiro (2015) organiza, era preciso ter um certo perfil: o primeiro era que os indígenas da região não poderiam ser contemplados, pois, “não sabiam trabalhar”; o segundo, era necessário possuir uma família, portanto, garimpeiros e migrantes que vieram desordenadamente ajudar nas obras da colonização seriam excluídos; e essa família, como terceiro fator, deveria ser formada por pessoas aptas ao trabalho “pesado”, ou seja, não poderia ser formada por muitas crianças, idosos ou mulheres, geralmente quem era atribuído à chefe de família era o pai ou irmão mais velho.

O INCRA classificava as famílias de acordo com um sistema de pontos. Que eram organizados em idade de 21 a 60 anos - a idade do chefe contava com peso 30 e a dos demais membros familiares peso 20 -, capacidade empresarial (capacidade de força de trabalho da família) - com peso 30 - e experiência com agropecuária - com peso 20. Além disso, também era necessário uma série de nove documentos e suas cópias, que abrangiam desde carteira de saúde até o certificado de alistamento militar. Depois desse processo concluído, era necessário ainda que o colono seguisse orientações do INCRA em relação ao manejo do lote cedido, que incluía o desmatamento de 50% da área total. Somente depois dessas etapas o chefe de família obteria o título definitivo de proprietário da terra.

Ademais, a união entre o âmbito público e privado serviu para viabilizar essa ocupação, dirigida por empresas colonizadoras que receberam extensas glebas de terra com a incumbência de realizar a “limpeza” das áreas, termo que ocultava o deslocamento compulsório de indígenas e a distribuição subsequente desses lotes para fins agrícolas. A Comissão Nacional da Verdade classificou essa atuação empresarial como um “genocídio terceirizado”, evidenciando a cumplicidade do Estado em práticas sistemáticas de extermínio e expropriação (Osowski e Pamplona, 2021).

Dentre os exemplos mais emblemáticos, é possível citar o caso de Énio Pipino e a empresa SINOP com dados levantados por Mauricio Torres e Sue Branford na matéria de investigação *“A terra de oportunidades” Desenvolvimento chega a Mato Grosso com bala e devastação* publicada no site Intercept Brasil em 2017. Até a década de 1950, toda a região que hoje corresponde ao município de Sinop, quarta maior cidade do Mato Grosso, era originalmente habitada pelos povos Kayabi e Apiakás, além de remanescentes de seringueiros que ali se estabeleceram entre os séculos XIX e XX. A partir da década de 1960, o governo federal promoveu o reassentamento compulsório dessas populações indígenas a centenas de quilômetros de distância, transferindo-as para o Parque Nacional do Xingu, fundado em 1961

pelo Decreto nº 50.455, de 14 de abril de 1961 e esvaziando o território que mais tarde daria lugar à expansão agrícola e urbana.



Mapa 8 - Área do Parque Nacional do Xingu.

Fonte: Suburbano Digital (2021).

Nos anos seguintes, durante o regime militar, além de mobilizar militares e migrantes, o governo militar concedeu vastas extensões de terra e generosos subsídios a conglomerados internacionais como Mercedes-Benz e Volkswagen, que se tornaram grandes proprietários na Amazônia, multiplicando a pressão sobre o território tradicional e favorecendo o agronegócio em detrimento das comunidades locais e dos ecossistemas florestais.

Paralelamente, inaugurou-se a rodovia Transamazônica, traçando um eixo de ocupação de leste a oeste, e estruturou-se um ambicioso programa de reassentar famílias sem-terra oriundas do Sul e do árido Nordeste em lotes demarcados ao longo desse corredor rodoviário. O governo militar também convidou empresários do Centro-Sul com experiência em projetos de colonização a aplicar seus modelos na floresta mato-grossense. Vastas áreas até então dominadas pelo denso coberto arbóreo passaram a ter “donos”: Zé Paraná em Juara, Ariosto

da Riva em Alta Floresta e Énio Pipino em Sinop, sendo que, para esses investidores, a exuberância da floresta, os índios e as comunidades tradicionais surgiam apenas como obstáculos a serem removidos ou neutralizados no processo de ocupação territorial.

Énio Pipino fundou, em 1948, a Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná, conhecida como Sinop Terras, comprando grandes glebas no estado do Paraná por preços ínfimos e parcelando-as em lotes para agricultores familiares, fundando várias cidades e acumulando considerável fortuna por meio da especulação imobiliária e da mobilização de pequenos posseiros para a colonização do Oeste paranaense. Em 1970, na primeira oportunidade propiciada pelo regime militar, Pipino reproduziu em escala ainda maior o modelo paranaense no norte de Mato Grosso. Ele e sua esposa, Lélia Maria de Araújo Vieira, compraram uma extensa área de fazenda de origem paulista e recrutaram trabalhadores locais para abrir estradas de terra e viabilizar o acesso ao interior, iniciando o processo de assentamento que hoje corresponde ao município de Sinop.

Aproveitando-se de seus contatos com generais, Pipino apropriou-se de aproximadamente 645 mil hectares de terras públicas doados pelo governo federal que eram então subdivididos em lotes e vendidas a famílias sem-terra do Sul. Essa prática consolidou a acumulação fundiária em poucas mãos e fortaleceu seu império econômico regional.

O projeto militar de colonização ganhou corpo quando, em 1972, as primeiras famílias empreenderam a árdua viagem de sete dias do Paraná até Sinop. Após a geada que arruinou os cafezais no Sul em 1975, a migração intensificou-se: muitos venderam pequenas propriedades paranaenses ao latifundiário rico e investiram na aquisição de terra em Mato Grosso, atraídos pelas promessas de progresso e integração nacional.

Todavia, a vida nos assentamentos mostrou-se extremamente difícil. Os solos subjacentes à floresta revelaram-se pobres, faltaram assistência técnica, financiamento e infraestrutura. O conhecimento tradicional dos camponeses do Sul não se adaptou ao ambiente amazônico e muitos experimentaram fracassos agrícolas, sobretudo na tentativa de cultivo do café, que redundaram em endividamento e regressão ao Sul, vendendo por preços irrisórios as pequenas glebas recém-adquiridas.

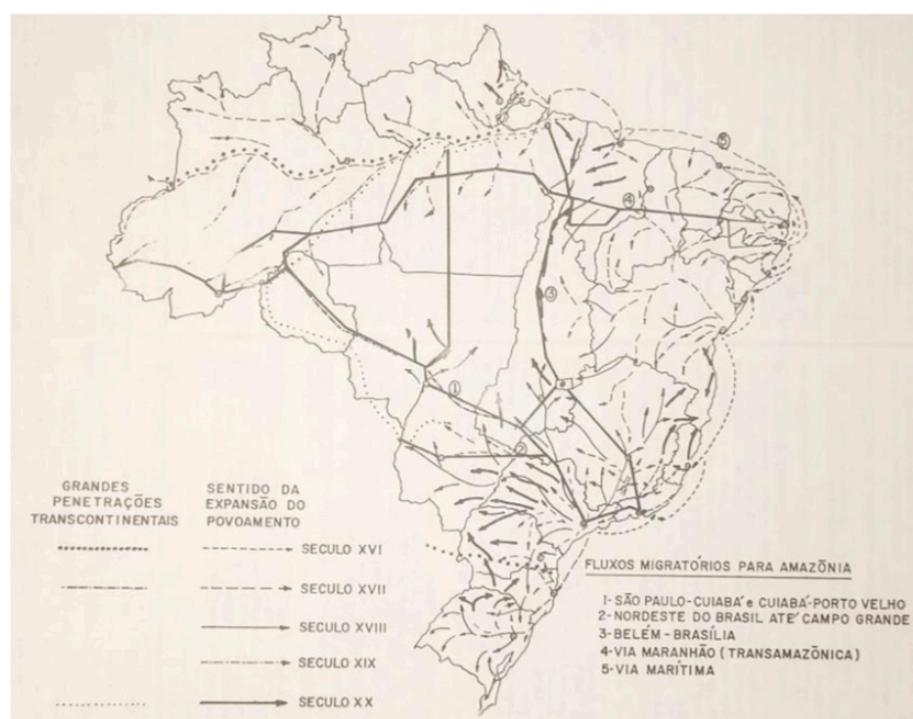
Com o passar das décadas, entretanto, o valor dessas terras disparou. Quarenta anos após o início dos projetos de assentamento, seus filhos e netos consolidaram-se como atores econômicos abastados, beneficiando-se da infraestrutura, do desenvolvimento urbano e da valorização fundiária que transformaram Sinop em polo próspero do agronegócio na Amazônia Legal.

Ao todo, cento e vinte e três empresas foram mencionadas pela CNV como responsáveis por graves violações de direitos humanos, e seus relatórios confirmam que mais de oito mil indígenas morreram em decorrência da ação direta ou da omissão conjunta de agentes governamentais e empresários (Osowski e Pamplona, 2021).

O presente estudo alinha-se à caracterização da geopolítica como campo teórico imperialista proposta por Miyamoto (1992). Nesse contexto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e as empresas privadas de colonização impulsionadas pelo Estado emergiram como os principais agentes desse Imperialismo, responsável por operacionalizar uma reforma agrária que, sistematicamente, excluía os grupos sociais já estabelecidos na região, entre eles povos indígenas e comunidades ribeirinhas.

Santana (2009), entretanto, intitula como uma “contra-reforma agrária” por cumprir dois propósitos simultâneos: esvaziar conflitos sociais e garantir a federação de terras a médios e grandes proprietários atraídos pelo fetiche do pensamento desenvolvimentista em voga no governo militar.

Esvaziar conflitos sociais porque a escolha das áreas-alvo da dita “reforma agrária” promovida pelo governo militar, notadamente as regiões Sul e Nordeste abortava um “vazio demográfico” construído ideologicamente enquanto aliviava tensões em suas próprias regiões, como pode ser provado no mapa dos principais fluxos migratórios para a Amazônia Legal:



Mapa 9 - Fluxos Migratórios.
Fonte: Fialho, Trevisan, 2019, p. 5.

No Nordeste, fatores climáticos adversos pressionavam pequenos agricultores a pleitear intervenção estatal e no Sul, a mecanização do campo e a crescente capitalização do agronegócio levaram um número significativo de grandes proprietários a se apropriarem e criarem latifúndios e camponeses serem coagidos a vender suas posses por falta de alternativas locais. No contexto da época, isso também serviu de enfraquecimento dos movimentos sociais do campo por meio da doação de novas terras e de justificativa social às práticas violentas de colonização.

Atraía grandes empresários e latifundiários por meio de uma combinação de políticas estatais e narrativas ideológicas formuladas pela geopolítica e os autores clássicos anteriormente citados, que conferiam ao território o status de “terra virgem” a ser dominada e explorada.

Encarregado de legitimar, disciplinar e organizar o espaço fundiário, o INCRA distribuiu, a partir de 1970, vastas glebas a empresas colonizadoras privadas, incumbidas de remover forçada de populações indígenas e de sua posterior comercialização ou uso agropecuário. Paralelamente, os grandes empreendimentos de infraestrutura, sobretudo as usinas hidrelétricas e rodovias estruturantes, funcionaram como verdadeiros ímãs para as maiores construtoras nacionais e multinacionais, que viam naquelas obras não apenas contratos bilionários, mas também a oportunidade de assegurar ao seu redor novos territórios produtivos (Osowski e Pamplona, 2021).

A consolidação do “vazio demográfico” serviu de justificativa para a concessão ostensiva de terras a investidores privados, legitimando a desagregação social das comunidades tradicionais. Dessa forma, o fetiche da modernização e da exportação sustentado pelo regime militar converteu-se em motor de atração para a formação de latifúndios na Amazônia, unindo interesses públicos e privados em prol de um modelo de desenvolvimento que sobrepuja eficiência econômica a direitos territoriais e sociais.

2.3.3 A perspectiva crítica da geopolítica e da integração nacional

A análise conjunta dos trabalhos de Bertha K. Becker em *Geopolítica da Amazônia* (2005) e *Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?* (2000), Coutinho em *O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas* (2006) e Shiguenoli Miyamoto em *Geopolítica e autoritarismo: o caso brasileiro* (1984) e *Geopolítica e potência: o sonho brasileiro* (1992) evidencia que, durante o regime militar, as ações geopolíticas voltadas para a Amazônia Legal encontraram pleno respaldo em um

conjunto articulado de políticas públicas, consolidando um modelo de integração nacional pautado pela centralidade do Estado e pela subordinação aos interesses do grande capital.

Assim, o planejamento regional deixou de ser mera expressão retórica e converteu-se em prática estatal, alicerçada em redes de articulação que priorizavam o deslocamento de fluxos comerciais e a extração de recursos, em detrimento dos modelos de desenvolvimento endógeno e das populações tradicionais.

Esse alinhamento entre visão estratégica e políticas públicas revelou-se tanto em obras de infraestrutura, como as rodovias, quanto em instituições como SUDAM, BASA e INCRA, cujo desenho e operacionalização favoreceram a instalação de projetos agropecuários e de mineração por grandes investidores. Ao mesmo tempo, as iniciativas de colonização evidenciaram o predomínio de uma lógica que combinava controle administrativo e estímulo seletivo à migração, consolidando um padrão de ocupação concentrado ao longo dos corredores de circulação. Tal alinhamento garantiu a materialização dos objetivos geopolíticos de defesa e afirmação da soberania, tal como sonhavam Travassos, Couto e Silva e Meira Mattos em seus planos de projeção continental/mundial do Brasil.

Por fim, como Coutinho (2006) elabora, o regime militar constituiu-se em uma fase decisiva para a consolidação, o aprofundamento e o reforço de elementos estruturais já presentes no Estado brasileiro, os quais viriam a ser, posteriormente, intensificados e reelaborados pelas diretrizes neoliberais. Ao longo de sua trajetória histórica, uma das características mais marcantes do Estado foi a sua subordinação a interesses privados e às diversas frações da burguesia, configurando-se como um aparelho claramente a serviço desses atores, o que apenas foi intensificado pela Ditadura Militar. Essa orientação privatista foi aprofundada pelo neoliberalismo, que na Amazônia Legal significou a formação latifundiária exacerbada para utilização do agronegócio. Assim, a integração territorial da Amazônia Legal expôs-se não como um experimento de política regional isolado, mas como expressão de um projeto de poder cuja persistência molda até hoje as disputas por justiça social e ambiental na região.

3 CONCLUSÃO

Esta monografia se guiou sob a pergunta de pesquisa “Qual a visão tradicional do pensamento geopolítico brasileiro sobre a Região Amazônica e de que forma isso contribui para as ações de integração nacional durante a Ditadura Militar?” de forma a diluir a resposta em três capítulos, demonstrou-se que a visão tradicional da geopolítica brasileira sobre a Amazônia Legal serviu não apenas como arcabouço teórico, mas como fundamento ideológico para a viabilização do projeto de integração nacional no período da Ditadura Militar.

Ao revisitá-las obras de Golbery do Couto e Silva, Mário Travassos e Carlos Meira Mattos, bem como a laboração das Forças Armadas e a ESG na política brasileira desde o governo Vargas, evidenciou-se um amadurecimento do pensamento geopolítico que transformou a vasta região amazônica em “problema” e “oportunidade”: “problema” diante de sua suposta condição de “vazio demográfico” sem estrutura militar e econômica; “oportunidade” para instrumentalizar esse espaço na projeção do Brasil como grande potência sul-americana em contexto de tensões globais, especialmente durante as guerras mundiais e a Guerra Fria.

Esse consenso teórico que ignorou séculos de ocupação por comunidades tradicionais e indígenas traduziu-se em políticas públicas de caráter exógeno, expressas na construção de rodovias estratégicas, na sobreposição de faixas federais sobre territórios estaduais e na estruturação de instituições como SUDAM, BASA e INCRA. O Golpe de 1964 e o subsequente Programa de Integração Nacional (PIN), alicerçados no lema “integrar para não entregar”, constituíram a fase culminante dessa convergência entre geopolítica e intervenção estatal, canalizando recursos estatais para grandes investidores e consolidando um modelo de desenvolvimento voltado para a extração de riquezas e o controle territorial.

A presente pesquisa demonstrou que o regime militar articulou um conjunto coeso de políticas e programas estatais para viabilizar a integração da Amazônia Legal ao projeto nacional de poder, fundado na visão tradicional da geopolítica brasileira. Portanto, o pensamento geopolítico tradicional não apenas inspirou, mas legitimou e operacionalizou a ocupação militar da Amazônia Legal, cujas práticas de integração nacional permaneceram alinhadas aos interesses do grande capital e estabeleceram as bases institucionais e econômicas que viriam a ser intensificadas pela agenda neoliberal nas décadas seguintes.

A partir da reestruturação institucional promovida pela criação da SUDAM em 1966 e da SUFRAMA em 1967, o Estado conferiu coordenação centralizada aos incentivos fiscais e

creditícios destinados à região. Em seguida, a ampliação da construção massiva de rodovias Transamazônica (BR-230), Cuiabá–Santarém (BR-163), Belém–Brasília (BR-153) e Acre/Brasília (BR-364) atuou como instrumento decisivo para a abertura da fronteira agrícola e a articulação territorial de áreas previamente isoladas.

O INCRA (1970) convenceu-se de seu papel estratégico ao assentar trabalhadores sem-terra e migrantes ao longo desses corredores em detrimento das populações indígenas, numa “contra-reforma agrária” que favoreceu médios e grandes proprietários e atraiu capital para o agronegócio. A instituição de programas de exploração integrada, como o Polamazônia (1974) e o PROTERRA (1970), intensificou a extração agropecuária, florestal e mineral, enquanto a aliança tácita entre Estado e grandes empreiteiras - notadamente Camargo Corrêa e SINOP - resultou em deslocamentos forçados, crises sanitárias e violência sistemática contra povos indígenas, confirmando a natureza imperialista e excludente desse modelo de ocupação.

A construção ideológica do “vazio demográfico” serviu para legitimar a concessão ostensiva de terras a investidores privados, convertendo comunidades tradicionais e seus modos de vida em meros instrumentos de produção e em massa de consumo. Essa narrativa, que desconsiderou séculos de ocupação indígena e povos tradicionais, viabilizou a entrega dos recursos naturais ao grande capital em nome da afirmação de soberania e do desenvolvimento nacional.

Em suma, o fetiche desenvolvimentista construído por décadas na política brasileira e traduziu-se num projeto ditatorial de integração nacional que centralizou o Estado e o submeteu aos interesses privados, materializando os objetivos geopolíticos de defesa e projeção de poder idealizados por Travassos, Couto e Silva e Meira Mattos. A expansão territorial da Amazônia Legal, longe de ser um experimento isolado, configurou-se como expressão duradoura de um projeto de poder cuja persistência continua a influenciar as disputas por justiça social e ambiental na região.

Este estudo fundamentou-se em uma revisão narrativa da literatura especializada, o que assegurou uma visão panorâmica e exploratória das concepções geopolíticas e das políticas públicas no período militar; todavia, tal metodologia não reproduz o rigor sistemático de revisões integrativas ou a produção de novos dados empíricos. Ademais, o acesso restrito a documentos primários, como a obra Projeção mundial do Brasil (1958) de Meira Mattos, dados que poderiam demonstrar a idealização dos projetos de colonização do INCRA, das empresas colonizadoras, os planos de intervenção da SUDAM, ou a um banco de dados especializado em retratar a influência da formação populacional da Amazônia Legal em

relação ao período da Ditadura Militar, limitou a análise aprofundada de suas propostas originais. Muitos desses documentos estavam disponíveis na biblioteca física desses órgãos, por exemplo, em visita ao estado de origem da pesquisadora, Rondônia, a notícia era que a sede do INCRA mais próxima seria apenas na capital Porto Velho, o que significava mais de 12 horas de viagem.

Para pesquisas futuras sobre o tema, recomenda-se investigar o impacto da migração na formação populacional da região em coexistência às formas de vida tradicionais. Outro ponto não abordado na pesquisa, mas que toca em muitos campos em comum seria a elaboração de estudos de caso específicos sobre as dinâmicas de ocupação espontânea, com a formação de acampamentos do MST suas repercussões socioambientais e as estratégias de resistência das populações locais. Além disso, temas como as transformações da visão tanto tradicional quanto crítica da geopolítica sobre como configurar a segurança de fronteiras amazônicas em um cenário pós-Guerra Fria ou a relação do Estado brasileiro com políticas de desenvolvimento na Amazônia após 1985, sob a égide das diretrizes neoliberais e das novas agendas globais de ambientalismo e direitos humanos chamam muita atenção. Por fim, pesquisas que dão protagonismo para modelos de desenvolvimento que visam o empoderamento de comunidades tradicionais e abordagens comparativas entre as políticas de integração da Amazônia brasileira e as de países vizinhos, como Peru, Colômbia e Bolívia, poderão oferecer subsídios valiosos para a formulação de estratégias mais equitativas e sustentáveis na governança regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thays Fregolent de. Modernos bandeirantes, antigos interesses: a Expedição Roncador-Xingu e a conquista da Fronteira Oeste (1938-1948). **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 66, p. 375-396, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/44671>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

AMARAL, José Januário de Oliveira. **Os latifúndios do INCRA**: a concentração de terra nos projetos de assentamento em Rondônia. 1994. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22122022-153221/pt-br.php>>. Acesso em: 8 out. 2024.

ANDRADE, Rômulo de Paula. A Amazônia no Pós-Guerra e a construção da Rodovia Belém-Brasília. **Muiarquitã**, v. 3, n. 2, p. 187-206, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/338085305_A_Amazonia_no_pos-guerra_e_a_construcao_da_Rodovia_Belem-Brasilia>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BARCELLOS, João Miguel Villas-Bôas. O pensamento militar no projeto Brasil grande potência. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 73, p. 171-196, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/347310573_PENSAMENTO_MILITAR_NO_PROJECTO_BRASIL_GRANDE_POTENCIA>. Acesso em: 30 mai. 2025.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, set. 2001. Disponível em: <docs.ufpr.br/~adilar/GEOPOLITICA2019/Geopolitica_da_Amazonia/Amazônia_Política_de_ocupação.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos**. Brasília: CNV, dez. 2014. v. 2.

CAVALCANTE, Lívia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 82-100, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682020000100006&script=sci_abstract>. Acesso em: 16 mai. 2025.

CORDEIRO, Manuela S. Siqueira. Marechais e Burareiros: projetos de colonização na Amazônia Ocidental. **Textos & Debates**, Boa Vista, n. 25, p. 63-78, 2014. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/textosdebates/article/view/2776>>. Acesso em: 25 out. 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. p. 173-200. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/j5cv4 epub/lima-9788575416129.epub>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura política nacional**: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

DA-SILVA, Jussaramar; DAL-MORO, Nataniél. Geopolítica e fronteira oeste: diálogos com Meira Mattos e Couto e Silva. **Revista Geográfica de América Central**, n. 58, p. 125-150, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/4517/451750038011/>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas Históricas do Brasil. Rio de Janeiro: **IBGE**, v. 3, 1986.

FERNANDES, Jaciara Mayara Batista; VIEIRA, Lidiane Torres; CASTELHANO, Marcos Vitor Costa. Revisão narrativa enquanto metodologia científica significativa: reflexões técnicas-formativas. **Revista Educacional da Sucesso**, v. 3, n. 1, p. 1-7, 2023. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/878635898/0-Revisao-Narrativa>>. Acesso em: 16 mai. 2025.

FIALHO, Átila Rezende; TREVISAN, Ricardo. Ocupar, colonizar, urbanizar a Amazônia Legal (1970-80): ações oficiais e privadas na criação de núcleos urbanos. In: **Anais do XVIII Encontro Nacional da ANPUR**, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

FRITSCH, W. Apogeu e crise na primeira república: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Tradução de Marijane Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARGARIT, Eduardo. O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar. **Geografia em Questão**, v. 6, n. 1, p. 12-31, 2013. Disponível em: <encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.1230.pdf>. 8 out. 2024.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>>. Acesso em: 16 mai. 2025.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica e autoritarismo: o caso brasileiro. **Revista Vozes**, v. 78, n. 10, p. 15-24, dez. 1984. Disponível em:

<https://www.academia.edu/33823253/Geopolitica_e_autoritarismo_o_caso_brasileiro_1984>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica e potência: o sonho brasileiro. **Revista Vozes**, Petrópolis, n. 3, p. 278-289, 1992. Disponível em: <https://www.academia.edu/8317366/Geopolitica_e_potencia_o_sonho_brasileiro>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1964>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

OLIVEIRA, Natália Araújo de. Os Xavante e as políticas de desenvolvimento para a Amazônia Legal Brasileira (da Era Vargas ao final da Ditadura Militar): de símbolo da brasilidade a obstáculo ao progresso. **Mediações**, v. 22, n. 2, p. 146-178, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=748879400007>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

OSOWSKI, Raquel de Souza Ferreira; PAMPLONA, Danielle Anne. Cumplicidade empresarial, justiça de transição e violações de direitos humanos dos povos indígenas no Brasil durante a ditadura civil-militar de 1964-1988. **Homa Publica - Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas**, v. 5, n. 2, v. 092, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://doaj.org/article/2b45d3aabb0641c48f2864e2c9762f1a>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SABOYA, André Nassim de. O pensamento de Mário Travassos e a política externa brasileira. **Revista de Geopolítica**, v. 9, n. 2, p. 29-50, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://revistageo.com.br/revista/article/view/220>>. Acesso em 15 jul. 2025.

SANTANA, Arthur Bernady. A BR-163: “ocupar para não entregar”, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico. In: ANPUH – XXV **Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009. Disponível em: <encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.1230.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2024.

SCHNEIDER, Alberto Luiz; ALMEIDA, Thays Fregolent de. 1940: o ano que o Brasil oficial se voltou para o Oeste brasileiro. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 16, n. 1, p. 275-295, jan./jul. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.22228/rt-f.v16i1.1264>>. Acesso em: 28 ago. 2025.

TORRES, Maurício; BRANFORD, Sue. "A TERRA DE OPORTUNIDADES": Desenvolvimento chega a Mato Grosso com bala e devastação. **Intercept Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2017/02/06/desenvolvimento-chega-a-mato-grosso-com-bala-e-devastacao/>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil**. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.